DIARIO de PERNAMBUCO 200
TERÇA-FEIRA Recife, 1º de abril de 2025 nº 091
diariodepernambuco.com.br
O JORNAL MAIS ANTIGO EM CIRCULAÇÃO NA AMÉRICA LATINA. 199 ANOS DE CREDIBILIDADE
1825 - 2025 FALTAM 215 DIAS

TRANSNORDESTINA

FERROVIA RECEBERÁ MAIS R$ 3,5 BI PARA 544 KM

Obra começou em 2006, em Missão Velha, no Ceará (foto). Previsão, agora, é que dois trechos em Pernambuco sejam licitados e concluídos até 2029. Economia 7



GLAUCO SPÍNDOLA/ARQUIVO DP

Concorrência ajuda a conter alta dos preços dos remédios

Reajuste oficializado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos varia de 2,6% a 5,06% e já está valendo em todo o país. Aumento é de responsabilidade das farmácias e deve demorar para ser sentido pelo consumidor. Economia 5

João: "Superfaturamento é notícia falsa e má-fé"

Política 3

RACISMO

TORCIDA DO INTER JOGA BANANA PARA JOGADORAS DO SPORT

Esportes 15

SEQUESTRO

MULTIDÃO SE DESPEDE DE INGRIDY, EM FLORESTA

Vida Urbana 13

PRISCILLA MELO/DP FOTO


RECIFE

MUDANÇAS POR MAIS ÁREAS PARA CONSTRUÇÃO

Uma das propostas é reduzir o lote mínimo de construção na capital de 250 m² para 125 m². Haverá audiência pública no dia 8 de abril. Vida Urbana 12

ISSN 1807-7072


sac
(81) 9217 0191 (whatsapp)
relacionamento@diariodepernambuco.com.br



assinaturas
(81) 3320 2020
Fotografe o QR code e acesse a página para fazer a sua assinatura do **Diario**

nas redes
YouTube **diariodepernambucotv**
Instagram **@diariodepernambuco**
Facebook **Diario de Pernambuco**
X **@DiarioPE**

Anuncie no **classi**líder (81) 3320-2020
classilider@diariodepernambuco.com.br
editais@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br



por uma prática sustentável, recicle o seu

*Os artigos publicados nesta página são de responsabilidade dos seus autores e não refletem necessariamente a opinião do jornal.



Maria Paula Figueiredo *

Conexões humanas em tempos de solidão

Direto de Austin, Texas, para a semana mais criativa, ousada e instigante do ano: o South by Southwest (SXSW). Conhecido por antecipar tendências globais, o festival é o ponto de encontro de mentes inquietas e de um network executivo seleto — onde temas como inteligência artificial, biotecnologia e inovação social se cruzam no mesmo palco. E, entre tantos nomes esperados, como Amy Webb e Ian Beacraft, a grande surpresa da palestra de abertura não foi uma nova tecnologia, mas sim uma velha conhecida de todos nós: a saúde emocional.

A verdade é que em pleno século 21, nunca estivemos tão conectados e tão desconectados de nós mesmos. Os dados apresentados mostraram, com contundência, que vínculos sociais estão diretamente ligados à longevidade, à saúde física e ao bem-estar mental. Num mundo onde o futuro é o hoje construído, é paradoxal — e profundamente simbólico — que a grande disrupção de 2025 seja, justamente, a urgência de nos reconectarmos uns com os outros.

Entre os auditórios, exposições e ativações lotadas, onde a segunda maior delegação do evento era de brasileiros, a tônica era clara: a pandemia da solidão. De aplicativos de relacionamento que agora priorizam conexões de amizade e comunidades, como defendeu o CEO do Bumble, à avalanche de palestras sobre saúde mental e pertencimento, o SXSW deste ano parece ter entendido algo que muitas vezes esquecemos no cotidiano: tecnologia sem humanidade é só ruído, é só talvez uma programação que não está servindo ao seu maior objetivo: ajudar realmente ao resgate da humanidade.

A verdade é que em pleno século 21, nunca estivemos tão conectados e tão desconectados de nós mesmos

De volta à rotina, fui digerindo tudo. Porque quando saímos da imersão criativa e voltamos ao mundo real — às escolas, às famílias, aos consultórios — percebemos o tamanho da ferida. Nas escolas, atendemos diariamente pais que buscam ser ouvidos, não por questões pedagógicas de seus filhos, mas por angústias pessoais. A escola, muitas vezes, se torna o espaço possível de escuta, porque em casa, essa escuta não existe.

A ansiedade e a depressão em jovens estão em níveis alarmantes, sim. Mas muitas vezes, o que vejo são adultos que já não sabem mais como se relacionar nem com eles mesmos, que talvez nunca tenham sido ensinados a isso e desta forma, tampouco se relacionam com os seus filhos. A dor que chega à escola é só a ponta visível de um iceberg, como já dizia Freud. Debaixo d'água, estão frustrações, carências, projeções e ausências que, quando não bem trabalhadas, atravessam gerações.

Esther Perel, psicanalista e uma das vozes mais potentes do festival, lembrou: "Não existe nenhuma fonte maior de alegria e mais significativa na vida do que os nossos relacionamentos com os outros." Talvez estejamos, finalmente, prontos para ouvir essa frase não como um clichê, mas como um alerta e chamado.

Porque, no fim, a verdadeira inovação não será o próximo computador quântico, nem o próximo biorrobô. Será reaprender o básico: escutar, acolher, conectar. E isso, ainda que não pareça, pode ser a maior revolução do nosso tempo. No final do dia, com quantas conexões reais e profundas você realmente tem convivido?

*** Pedagoga, especialista em Neurociência na Escola, Direito Educacional e Gestão Escolar, mestranda em Ciências Empresariais**



Marcus Prado *

Becos famosos de Olinda e Recife

O poeta e escritor Mauro Mota dizia que há natureza quase humana em certas ruelas, esquinas, travessas, ruas e becos do Recife e Olinda. Lugares que se multiplicaram no meio das construções, nasceram do nada, meio destrambelhados. São estreitos, com pouco mais de dois metros de largura, assim deve ser o beco que se preza. São quase todos centenários no repertório urbanístico, cada um com a sua história, sua febre de carências, seu folclore, alguns com encantamento, quase todos deixaram de ser becos, viraram "Ruas" com novas denominações "oficiais", mas nunca perderam o sabor da tradição, o ar bucólico, a sua simplicidade. A poesia se debruça nas paredes e janelas de cada beco, na comunhão dos costumes, sonhos, desejos, alegrias, quimeras, devaneios e tristezas. Neles, o segredo é secreto, todo mundo sabe e ninguém conta. Um beco nasce quando é construída uma rua estreita, curta e escura, que pode ou não ter saída. Haveria explicação melhor? Fico com o velho Newton conhecido matemático, físico, astrônomo, teólogo e autor inglês. Ele preferia não indagar (nem explicar) as causas e as coisas, o que o situa decididamente ao lado dos filósofos britânicos chamados de empiristas. Há certos becos, que os vi, de causas tão diversas e difusas como as luzes da aurora boreal. Quem nasce no beco é como passarinho criado na gaiola, tem asa mas não voa.

Nas minhas caminhadas fotográficas pelas ruas de Olinda e Recife, tive a sorte de fotografar muitos becos: Beco Tuyuti (Recife), Beco do Marisco (Recife), Beco do Cachorro Doido (Recife), Beco da Vacaria (Recife), Beco da Mulher Cocha (Olinda), Beco do Macaco que Assobia (Recife), Beco do Bestalhão (Recife), Beco do Pavão (Olinda), Beco do Caixão (Olinda), Beco do Cachorro (Olinda), Beco da Macaíba (Olinda), Beco do Veado (Recife), Beco da Pitombeira (Olinda), Beco do Marroquim (Recife), Beco dos Anjos (Olinda), Beco do Corno Besta (Recife), Beco de Dona Lia (Recife), Beco do Mijo (Recife), Beco da Veia (Recife), Beco da Facada (Recife), Beco da Bica (Olinda), Beco das Vassouras (Olinda) Beco do Abismo (Olinda), Beco do Sarapatel (Recife), Beco da Bomba (Recife), Beco da Panela (Recife), Beco da Penha (Recife), Beco do Peixe Frito (Recife), Beco do Beijo (Olinda), Beco dos Enfeitiçados (Olinda), Beco da Viúva Virgem (Recife), Beco dos Calafrios (Recife), Beco da Catraia (Olinda), Beco do Catimbó (Recife), Beco do Sacolejo da Veia (Olinda), Beco do Passa Perna (Recife), Beco das Crioulas (Recife), Beco das Miudinhas (Recife), Beco das Torres (Recife), Beco do Escuro (Recife), Beco do Corno Velho (Recife), Beco da Mãe-Bia (Recife), Beco da Roda de Capoeira (Recife), Beco do Acarajé (Recife), Beco da Bosta (Recife), Beco de Seu Malaquias (Recife), Beco do Divino Espírito Santo (Recife), Beco da Bela Vista (Recife), Beco do Chiado (Olinda), Beco do Rato Podre (Recife), Beco da Caridade (Olinda), Beco do Corno Cocho (Recife), Beco do Canal da Garapeira (Recife), Beco do Espinhaço da Gata (Recife), Beco do Capão Redondo (Olinda), Beco do Ilê Obá (Recife), Beco da Gaia (Olinda), Beco dos Ferreiros (Recife), Beco do Tambiá (Recife), Beco do Ferro-velho (Recife), Beco das Almas (Olinda), Beco do Fragoso (Recife), Beco do Sirigado (Recife), Beco do Esparadrapo (Recife), Beco da Mulher sem Queixo (Recife), Beco do Passa-quatro (Recife), (Continua).

*** Jornalista**

DIARIOdePERNAMBUCO
Fundado em 1825 por Antonino José de Miranda Falcão



DIRETORIA

Presidente Carlos Frederico A. Vital | **Diretora de Jornalismo** Paula Losada | **Diretor de Redação** Ricardo Novelino

Editora-executiva: Tatiana Notaro | **Chefe de reportagem**: Carlos Lopes | **Editores**: Amanda Azevedo, Cleodon Coelho, Cynthia Morato, Gustavo Lucchesi, Marcos Leandro, Pedro Ivo Bernardes e Pupi Rosenthal | **Coordenador de arte:** Ira Oliveira | **Coordenadora de fotografia**: Sandy James

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIARIO:
Leitor: **81 2122 7500** - assinante: **81 3320 2020** - Depart. Comercial e Marketing: **81 2122 7888/7892**

VENDA AVULSA

Localidade	TERÇA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO
PE	R$ 3,00	R$ 5,00
PB	R$ 3,00	R$ 5,00
Outros estados	R$ 4,00	R$ 8,00

ASSINATURAS*

	PE / PB	Outros estados
segunda a domingo:		
anual	R$ 990,50	R$ 1.877,00
semestral	R$ 495,25	R$ 938,50
sábado e domingo:		
anual	R$ 260,00	R$ 624,00



Baixe o nosso novo app: DP DIGITAL Disponível na Play Store e na App Store



por Ricardo Dantas Barreto

Diario político

diariopolitico@diariodepernambuco.com.br

União e problemas

A iniciativa do presidente da Fiepe, Bruno Veloso, de criar o Fórum Permanente de Infraestrutura foi muito elogiada pelas autoridades presentes no ato de lançamento. Os discursos foram unânimes sobre a importância de unir as lideranças políticas, independentemente dos partidos aos quais são filiados e dos seus projetos eleitorais. Pregaram que Pernambuco deve estar em primeiro lugar. Mas é necessário uma entidade neutra para tentar construir essa unidade. Além das dificuldades em juntar com frequência alguns adversários políticos, há muitos entraves para que projetos estratégicos saiam realmente do papel. As 20 prioridades que o Fórum da Fiepe listou somam R$ 27,6 bilhões, sendo a maior parte de obras públicas. Aí entram a burocracia, licitação, falta de recursos e interesses políticos no jogo. Além de entraves que surgem no decorrer da elaboração dos projetos. Ontem, o foco foi a retomada da Ferrovia Transnordestina. Uma obra que vem se arrastando e que o trecho entre Salgueiro e Suape chegou a ser retirado dos planos. O presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, assegurou que não faltarão recursos, mas lembrou que há obstáculos pela frente, como ajuste no traçado e licenças ambientais. Ele chegou a pedir que a sociedade compreenda a importância do empreendimento. E é aí que a classe política deve ter participação ativa, por ter uma ligação direta com a população. Não basta apenas pedir votos.

Palavras e seus significados

No evento da Fiepe, onde estava o prefeito João Campos (PSB), o ministro Silvio Costa Filho (Rep) cumprimentou Raquel Lyra (PSD), ressaltando que ela "está fazendo um conjunto de interligações importantes para o desenvolvimento de Pernambuco". Silvio, inclusive, foi citado por Danilo Cabral como senador. O superintendente da Sudene, depois corrigiu e o chamou de ministro.

Lista de benefícios

Danilo Cabral listou uma série de benefícios da Transnordestina: atenderá a mil municípios, 220 mil empresas formais e 3,5 milhões de trabalhadores, além de aumentar o PIB do Nordeste em 40%. "Por isso, há uma legítima ansiedade para que a Transnordestina se realize", disse.

Decisão em 15 dias

Até o dia 15, a união entre Republicanos e PSDB poderá ter uma definição. Antes disso, os presidentes nacionais dos dois partidos, Marcos Pereira e Marconi Perillo, respectivamente, se reunirão para definir os detalhes. Juntas as duas siglas somam 56 deputados federais.

Henry é cobrado por reunião

A fala de Raul Henry no evento do PSB de que o MDB estará com João Campos em 2026, apesar dos grupos contrários, foi vista de forma atravessada. Essa ala oposta avalia que Raul é presidente, mas não decide nada sozinho e precisa ouvir as lideranças com mais frequência. Em agosto tem eleição para o diretório estadual.

João Campos aponta erro inicial em cálculos do TCE

Prefeito do Recife ainda classificou como "má-fé" a divulgação da suposta compra superfaturada dos kits escolares para professores da rede municipal

RICARDO DANTAS BARRETO

O prefeito do Recife, João Campos (PSB), afirmou ao **Blog Dantas Barreto**, ontem, que houve um erro preliminar nos cálculos feitos por auditores do Tribunal de Contas do Estado (TCE) em relação à compra dos kits escolares para professores da rede municipal de ensino, nos anos de 2023 e 2024. E que, por consequência disso, foram espalhadas notícias falsas de superfaturamento na aquisição dos materiais. Campos disse que houve má-fé na divulgação, pois todos os esclarecimentos foram prestados e o órgão de controle reconheceu o equívoco.

"Não há decisão do Tribunal de Contas do Estado. Trata-se de uma informação falsa, que foi circulada com um relatório preliminar que já foi, inclusive, revisto pelo próprio Tribunal, antes mesmo da divulgação da notícia falsa. Foram computados 300 kits como se fossem para 300 professores. Na verdade, são quatro mil professores e não é um livro. É um kit com quatro livros e com licença de uso de software", ressaltou o prefeito.

Ao todo, foram 300 kits para quatro mil professores. Tribunal de Contas do Estado afirmou que não irá se pronunciar

João Campos disse que, "na prática, estamos falando de R$ 120 para quatro livros e uma licença de software e isso já foi revisto e dito pelo pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público de Contas". O prefeito avisou que serão tomadas as medidas cabíveis a respeito da divulgação das notícias falsas.

O caso surgiu há uma semana, quando foi divulgado que Secretaria de Educação do Recife adquiriu 3.317 kits da MindLab do Brasil para os professores l, pelo preço de R$ 310,94 cada, totalizando R$ 1.031.400. Contudo, o valor máximo deveria ser de até R$ 116 por unidade. A soma daria R$ 384.772. E, por conta disso, haveria sobrepreço de R$ 646,9 mil. Procurado pelo **Diario**, o TCE afirmou que não irá se pronunciar sobre o caso.

#AscomTJPE

Parabéns, Alepe, pelos **190 anos**!

Símbolo da democracia pernambucana, sua trajetória inspira diálogo, autonomia e compromisso com a sociedade. Que essa história continue sendo escrita com participação e transparência!

Uma homenagem do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Eficiência, humanização e inovação

TJPE



por Leandro Mazzini, com equipe DF, SP e RJ

Esplanada

diariodepernambuco.com.br

Do Palácio ao PCC

Um dos principais nomes da Secretaria de Comunicação da gestão de Jair Bolsonaro reapareceu – porém agora em um cenário muito diferente do Palácio do Planalto. Segundo apuramos, ele tem procurado vários veículos de imprensa apresentando-se como assessor de comunicação da Copape, empresa comandada por Mohamad Hussein Mourad. A Copape é aquela que temos denunciado há mais de ano, acusada pelo Instituto Combustível Legal e pelo Ministério Público de São Paulo de atuar como braço da facção PCC no mercado de combustíveis. Um dos sites que recebeu verbas milionárias durante a gestão desse ex-integrante da Secom voltou à ativa – e, segundo fontes, tem sido usado como ferramenta de ataque da Copape contra concorrentes. O site estaria servindo como linha de frente numa guerra empresarial com tintas criminais.

Advogado incendiário

Segundo fontes, o responsável por orquestrar a operação seria um advogado já conhecido no meio jurídico por suas articulações controversas. Fontes afirmam que ele teria gravado, clandestinamente, um ministro do Supremo Tribunal Federal e seus familiares, quando o magistrado ainda era apenas candidato à vaga na corte.

Explosão no STJ

Como se não bastasse, há investigações avançadas indicando que o dono do site envolvido nos ataques seria sócio de um dos principais operadores de um esquema de venda de sentenças. O caso está sob a relatoria do Ministro Cristiano Zanin no STF.

Boquinha preciosa

Se alguém tinha dúvidas sobre o porquê de Lula da Silva ficar em cima do muro na guerra Rússia x Ucrânia, eis um dos principais motivos. Dilma Rousseff foi reconduzida à presidência do banco dos BRICS com o voto de Vladimir Putin. Se o russo dissesse 'não', os outros países vetariam. Rússia e China mandam no bloco. O banco financia bilhões de reais em projetos de infra no Brasil e países membros.

Crime em BC

O diretor de cinema norueguês Gunnar Hall Jensen escreveu carta à Embaixada da Suécia, no Brasil, para cobrar as investigações da morte do filho, o sueco Jonathan Jensen, 21 anos, ocorrido em 2023. O jovem foi assassinado em Balneário Camboriú (SC). O pai alega não ter acesso ao andamento dos processos. Exige saber quando o inquérito será finalizado para o julgamento judicial, porque a família quer presenciar.

Cidadania italiana

A polêmica da cidadania italiana: A Coluna apurou em Roma que há um racha até no partido de Giorgia Meloni na lei que restringe a cidadania a filhos e netos de italianos. Deputados do Parlamento, com dupla cidadania, também são contra, porque seus herdeiros perderiam o benefício. "Quem já protocolou seu processo até dia 27 de março, e atende as obrigações atuais, está garantido", diz o CEO da Cidadania4U, Rafael Gianesini, a maior assistência do Brasil no assunto. Mais notícias no site da Coluna.



RICARDO STUCKERT/PR

Para pestista, a democracia é caminho para igualdade

Lula relembra os 61 anos do golpe de 1964

Presidente repudiou os 21 anos da ditadura e, sem citar Bolsonaro, afirmou que "ameaças autoritárias" insistem em sobreviver no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ministros do governo se manifestaram sobre os 61 anos do golpe militar de 1964, completados ontem. Além de repudiar os 21 anos de ditadura, Lula e os membros da Esplanada deram recados ao ex-presidente Jair Bolsonaro, réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de ruptura democrática após as eleições de 2022.

Pelo X (antigo Twitter), Lula afirmou que o dia 31 de março serve para "lembrarmos da importância da democracia, dos direitos humanos e da soberania do povo" em eleger representantes políticos. Sem citar Bolsonaro, o petista afirmou que "ameaças autoritárias" insistem em sobreviver no País.

"Não existe, fora da democracia, caminhos para que o Brasil seja um país mais justo e menos desigual. Não existe um verdadeiro desenvolvimento inclusivo sem que a voz do povo seja ouvida e respeitada", disse o petista.

Mencionando o julgamento de Bolsonaro e seus aliados por tentativa de golpe, a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que a responsabilização penal deles é um "dever histórico". (**Estadão Conteúdo**)

@romerosalesfilho
ALEPE
190 anos
Onde a história se encontra com o povo para construir um Pernambuco próspero e abençoado.
ROMERO Sales Filho
DEPUTADO ESTADUAL

Eufrázio



por Pedro Ivo Bernardes

Diario econômico

diarioeconomico@diariodepernambuco.com.br

Saúde no trabalho

Abril é o mês de chamar atenção para a segurança e saúde no trabalho. A maioria das empresas focam na prevenção de acidentes, uso de EPIs e afins, mas uma enfermidade tem afastado cada vez mais profissionais de suas funções laborais, com tempo médio de três meses em auxílio-doença. Ansiedade, depressão, estresse e burnout são doenças de cunho mental que vem afetando cada vez mais pessoas.

Segundo dados do INSS, no ano passado, cerca de meio milhão de trabalhadores tiraram licença por questões de saúde mental, maior número de casos em dez anos. Em relação a 2023, o crescimento foi de 68% e, na comparação com 2014, o número de casos mais que dobrou. A estimativa é que o impacto nas contas do INSS chegue a R$ 3 bilhões em 2024 - considerando um auxílio médio de R$ 1.900.

Possivelmente os números estejam subestimados, uma vez que o burnout é uma doença relativamente recente e, por isso mesmo, de difícil diagnóstico. Até 2023 os casos de burnout não eram reportados como causa das licenças para tratamento de saúde. Algumas profissões estão mais suscetíveis ao adoecimento mental que outras, com relação direta com o nível de cobrança, metas a serem batidas, pressão e sobrecarga de trabalho. Bancários, professores, policiais e profissionais de saúde estão nessa lista.

Setor de eventos volta a pagar impostos

Criado como uma forma de socorrer os segmentos de turismo e eventos, severamente impactados pela pandemia da covid-19, o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) chega ao final deste mês de abril. A medida foi confirmada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao divulgar que a renúncia fiscal com o programa ultrapassou o teto de R$ 15 bilhões estabelecido na lei que regulamentou o benefício.

Declaração do IR

Mais de 160 mil pernambucanos já enviaram à Receita Federal a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2025. No Brasil, 5,2 milhões de contribuintes ja acertaram as contas com o Leão, cerca de 10% do total estimado para o execício (46,2 milhões).

Pontos de recarga

As pernambucanas Kroma Energia e a Planeta Car, primeira rede de de postos elétricos do estado, passam a atuar em conjunto para levar energia de fontes renováveis aos pontos de recarga de bateria. A Rede já conta com cinco postos no estado, sendo dois na capital.

Bolsa para estudo nos Estados Unidos

A ABA Innovation sedia, na próxima terça (8), a Feira Education USA Brasil, que reunirá diversas universidades dos Estados Unidos para apresentar oportunidades de estudos e bolsas internacionais. No evento, que é gratuito e aberto ao público, os interessados poderão tirar dúvidas sobre os processos essenciais para estudar nos EUA. As inscrições podem ser feitas no site da ABA Global Education.

Drogarias podem reajustar os preços em até 5,06%

Por conta da concorrência, aumento no valor dos medicamentos pode demorar a ser sentido pelos consumidores e não deve ser passado de forma integral

GUILHERME ANJOS

O novo preço máximo para remédios foi oficializado, ontem, em resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). As indústrias, drogarias e distribuidoras já podem reajustar os preços cobrados pelos produtos até o novo teto, mas as mudanças podem não ser sentidas imediatamente pelo consumidor. A taxa para este ano varia de 2,60% a 5,06%, com uma média ponderada de 3,48%.

Um aumento nos preços, porém, pode demorar para ser sentido no bolso do consumidor. “Normalmente, o reajuste não é passado integralmente porque a concorrência não permite”, afirmou o presidente executivo Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), Nelson Mussolini.

Isso acontece porque o preço na prateleira é de responsabilidade do vendedor, que pode alterar o valor do remédio dentro do novo limite até março de 2026, quando haverá outro reajuste. Com isso, as farmácias podem observar as estratégias das concorrentes e o comportamento do consumidor para determinar o valor cobrado, contanto que não extrapole o teto, e aplicar descontos sobre o novo preço.

Com a publicação, os laboratórios poderão ajustar os preços da seguinte forma: 5,06% para remédios com ampla concorrência (nível 1), 3,83% para medicamentos de média concorrência (nível 2) e 2,60% para os com pouca ou nenhuma concorrência (nível 3). Os medicamentos isentos de prescrição não têm os preços controlados. (**Com Estadão Conteúdo**)



JOEDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Farmácias têm responsabilidade sobre valores na prateleira

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO - PRODEPE
EDITAL DE NÃO CONCORRÊNCIA

A empresa **METALÚRGICA MOR S/A**, unidade-filial, localizada na **ROD PE 05, KM 23 – BAIRRO TIUMA, SÃO LOURENÇO DA MATA, CEP: 54.737-200**, inscrita no CNPJ (MF) sob nº **95.422.218/0009-06**, IE nº **0796221-51**, atendendo a exigência contida no artigo 13, da Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, e no artigo 17, do Decreto nº 21.959 de 27 de dezembro de 1999, faz saber aos interessados que comercializa ou se propõe a comercializar os produtos a seguir indicados, pleiteando para tanto a concessão dos benefícios fiscais e financeiros estabelecidos pelo PRODEPE na modalidade de **Central de Distribuição** e convoca a quem produza bem similar a apresentar comprovação da fabricação à Diretoria de Incentivos Fiscais da Agência de Desenvolvimento de Pernambuco – AD Diper no prazo máximo de 15 (quinze) dias partir da data de publicação deste edital que está disponível no seguinte link: www.adepe.pe.gov.br/033-2025-metalurgica-mor-s-a/
Endereço para correspondência: Agência de Desenvolvimento de Pernambuco – AD/DIPER, Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 347 – Espinheiro – Recife – PE. CEP: 52020-220.

VRENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.
NIRE 26.300.048.621 CNPJ nº 41.570.356/0001-48
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DA VRENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

VRENTAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Gonçalves, nº 1.400, sala 51, Centro, CEP 13330-210, inscrita no CNPJ sob o nº 41.570.356/0001-48 e com os seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 26.300.048.621, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Companhia**”), vem convocar os titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos, da 1ª (primeira) emissão da Companhia (“**Debenturistas**”, “**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da cláusula 9 do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Série Única, da VRental Locação de Máquinas e Equipamentos S.A.” (“**Escritura**”) celebrado entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“**Agente Fiduciário**”), a reunirem-se, em 1ª (primeira) convocação, em assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma Zoom Meetings, em 23 de abril de 2025, às 14h00 (“**Assembleia**”), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) não declaração do vencimento antecipado das Debêntures em decorrência da Hipótese de Vencimento Antecipado Não Automático (conforme definido na cláusula 6.2.1 da Escritura) prevista no inciso (xvi) da cláusula 6.2.1 da Escritura (descumprimento, pela Companhia, do Índice Financeiro previsto na Escritura). A Assembleia será instalada, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definidas na cláusula 9.1.5 da Escritura). Na Assembleia, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, sendo que, conforme as cláusulas 6.5 e 9.4.1 da Escritura, a aprovação da ordem do dia dependerá do voto favorável de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Os Debenturistas poderão participar e votar à distância na Assembleia, respeitadas as disposições da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. O *link* de acesso à Assembleia será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas que o solicitarem, por e-mail, para o endereço af.assembleias@oliveiratrust.com.br, juntamente com os documentos elencados abaixo. Serão admitidos à Assembleia, os Debenturistas que apresentarem os seguintes documentos: (a) para qualquer Debenturista (inclusive pessoa física): (1) documento de identidade do Debenturista, do seu representante legal ou do seu procurador; e (2) caso o Debenturista seja representado por procurador, procuração com poderes específicos, outorgada nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular; e (b) adicionalmente, para o Debenturista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento: (1) estatuto ou contrato social consolidado e atualizado, devidamente registrado no órgão competente; (2) documento que comprove os poderes de representação (*e.g.*, ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que participará(ão) da Assembleia ou que assinou(aram) a procuração, conforme o caso); e (3) caso o Debenturista seja fundo de investimento, regulamento consolidado e atualizado, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários, devendo os documentos nos itens (b)(1) e (2) acima ser apresentados em relação ao seu administrador fiduciário ou ao seu gestor, conforme o caso. De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia, a Companhia e o Agente Fiduciário recomendam que os Debenturistas enviem os documentos elencados acima, por e-mail, para o endereço af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da data de realização da Assembleia. Nos termos do artigo 71, *caput*, I, da Resolução CVM nº 81/22, será admitido o envio de instrução de voto previamente à Assembleia, cujo modelo será disponibilizado pelo Agente Fiduciário no site https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativo?id=37371&busca=VRENTA&typo=debentures. Os Debenturistas interessados deverão preencher e enviar a instrução de voto, por e-mail, para o endereço af.assembleias@oliveiratrust.com.br, juntamente com os documentos elencados acima, até o horário de início da Assembleia, para que a sua presença e o seu voto sejam computados. Após o horário de início da Assembleia, os Debenturistas considerados presentes poderão proferir o seu voto quanto à ordem do dia, por meio da plataforma Zoom Meetings que ficará registrado para fins de apuração das deliberações. Caso os Debenturistas tenham enviado instrução de voto e queiram exercer o seu voto na Assembleia, a instrução de voto anteriormente enviada será desconsiderada. Considerando a mudança da sede da Companhia, e observado o disposto na cláusula 4.19.1 da Escritura, o Jornal de Publicação da Emissora (conforme definido na cláusula 2.3.1 da Escritura) passou a ser o Diário de Notícias do Estado de São Paulo, no qual serão feitas todas as futuras publicações obrigatórias. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debenturistas.

Indaiatuba, 1º de abril de 2025.

JATHIACY SANSONIO TAVARES
Diretor Presidente e
Diretor de Relação com Investidores

FELIPE SAMPAIO PENA
Diretor de Planejamento



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250401

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ nº 10.502.676/0001-37

AVISO: 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.utepeiii.com.br/ https://www.gov.br/cvm/pt-br e https://www.diariodepernambuco.com.br/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo/Circulante		**115.661**	**105.906**
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.979	2.628
Contas a receber	4	25.300	38.025
Tributos a recuperar	5	1.974	1.567
Estoques	6	53.042	34.485
Depósitos vinculados - contas reserva	7	11.103	9.210
Despesas antecipadas		124	162
Adiantamento a fornecedores	8	11.139	19.829
Ativo não circulante		**163.438**	**203.578**
Depósitos judiciais		353	332
Partes relacionadas	9	36.271	36.272
Imobilizado	10	124.711	163.791
Direito de uso - Arrendamento Mercantil	11	2.103	3.183
Total do ativo		**279.099**	**309.484**

Balanços Patrimoniais	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Passivo/Circulante		**115.051**	**232.615**
Fornecedores	12	36.658	37.111
Obrigações tributárias	13	2.431	3.158
Obrigações sociais e trabalhistas		1.152	1.167
Debêntures	14	62.032	42.926
Empréstimos e financiamentos	15	9.951	146.226
Passivo de arrendamento	11	1.703	1.593
Pesquisa e desenvolvimento	16	1.124	434
Passivo não circulante		**918.949**	**789.083**
Fornecedores	12	12.289	19.038
Partes relacionadas	9	52.680	50.207
Debêntures	14	676.209	682.689
Passivo de arrendamento	11	1.703	3.187
Empréstimos e financiamentos	15	139.059	–
Pesquisa e desenvolvimento	16	37.009	33.962
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(754.901)**	**(712.214)**
Capital social	18	171.047	171.047
Prejuízos acumulados		(925.948)	(883.261)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**279.099**	**309.484**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		**(42.687)**	**(111.627)**
Atualização de empréstimos	15	15.339	12.558
Atualização de debêntures	14	70.749	130.876
Atualização de arrendamento	11	307	838
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	16	1.945	1.718
Encargos financeiros sobre P&D	16	4.051	3.722
Amortização do custo de transação das debêntures	14	2.397	1.539
Amortização Arrendamento	11	1.080	863
Depreciação	10	39.314	39.262
		92.495	**79.749**
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	4	12.725	(16.952)
Tributos a recuperar	5	(407)	(221)
Estoques	6	(18.557)	(6.311)
Depósitos vinculados - contas reserva	7	(1.893)	2.690
Despesas antecipadas		38	18
Adiantamento a fornecedores		8.690	(1.434)
Depósitos judiciais		(21)	(32)
		575	**(22.242)**
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	13	(727)	(1.622)
Fornecedores	12	(7.202)	4.305
Obrigações sociais e trabalhistas		(15)	156
Pesquisa e desenvolvimento	16	(2.259)	(1.065)
Serviços compartilhados	9	2.473	2.330
Custo transação debêntures - provisão		107	(2.334)
		(7.623)	**1.770**
Pagamento de debêntures (juros)	14	(60.627)	(56.581)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	15	(12.555)	–
		(73.182)	**(56.581)**
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**12.265**	**2.696**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	9	1	–
Compra de imobilizado	10	(234)	(83)
Transferências imobilizado	10	–	27
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimentos		**(233)**	**(56)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	11	(1.681)	(1.614)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos		**(1.681)**	**(1.614)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**10.351**	**1.026**
Saldo no início do exercício	3	2.628	1.602
Saldo no final do exercício	3	12.979	2.628
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**10.351**	**1.026**

Demonstrações do Valor Adicionado	31.12.2024	31.12.2023
Receitas	**214.484**	**190.960**
Venda de energia	214.479	190.956
Outras receitas	5	4
Insumos adquiridos de terceiros	**(61.151)**	**(50.451)**
Custo de venda de energia	(46.372)	(31.693)
Serviços de terceiros	(8.257)	(12.133)
Materiais e outros	(6.522)	(6.625)
Valor adicionado bruto	**153.333**	**140.509**
Depreciação e amortização	(40.393)	(40.124)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**112.940**	**100.385**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.701**	**3.788**
Receitas financeiras	1.701	3.788
Valor adicionado a distribuir	**114.641**	**104.173**
Valor adicionado distribuído	**114.641**	**104.173**
Pessoal	**11.639**	**10.473**
Remuneração direta	7.986	7.362
FGTS	564	522
Benefícios	3.089	2.589
Tributos	**20.250**	**17.260**
Federais	20.250	17.260
Remuneração de capitais de terceiros	**125.439**	**188.067**
Aluguéis	17.255	23.204
Despesas financeiras	108.184	164.863
Remuneração de capitais próprios	**(42.687)**	**(111.627)**
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)

Demonstrações dos Resultados	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	20	**191.953**	**170.884**
Custos operacionais	21	(122.888)	(113.420)
Lucro bruto		**69.065**	**57.464**
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(5.429)	(8.219)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	160	203
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(5.269)**	**(8.016)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**63.796**	**49.448**
Receitas financeiras	23	1.701	3.788
Despesas financeiras	23	(108.184)	(164.863)
Resultado financeiro, líquido		**(106.483)**	**(161.075)**
Prejuízo antes do IR e de CS		**(42.687)**	**(111.627)**
Prejuízo do exercício		**(42.687)**	**(111.627)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(1,63)	(4,27)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)
Resultado abrangente total	**(42.687)**	**(111.627)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido(passivo a descoberto)	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**171.047**	**(771.634)**	**(600.587)**
Prejuízo do exercício	–	(111.627)	(111.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**171.047**	**(883.261)**	**(712.214)**
Prejuízo do exercício	–	(42.687)	(42.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**171.047**	**(925.948)**	**(754.901)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE - Brasil, cujo objeto específico é de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8,73 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW (*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044. Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também é controlada pela Bolognesi Energia S.A. No exercício de 2024, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional ("SIN") no total de 33.385 MWh (*), (17.484 MWh (*) em 2023). (*) Informação não financeira não auditada.

a) Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R$ 610 e (R$ 126.709, em 31 de dezembro de 2023 negativo), prejuízos acumulados de R$ 925.948 (R$ 883.261, em 31 de dezembro de 2023) patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R$ 754.901 (R$ 712.214 em 31 de dezembro de 2023), em virtude do saldo das debêntures, obrigações financeiras e débitos perante fornecedores. Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada, por 91,07% das debêntures em circulação, a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures, o que corrobora o sucesso da Administração na renegociação de seus passivos junto aos credores financeiros. Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário nº 1011161000005600 (CCB). O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores.

b) Processo de arbitragem - Reorganização Financeira Multiner S.A.: Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"). Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização. A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Multiner e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Multiner pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros. Em agosto de 2022, as partes firmaram o "Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas" ("Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes. Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP") iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA. Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento. Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1° aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025. Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

c) Programa de Compliance da Companhia: A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditora interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados. Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência. A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional. O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia. ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2025. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. **c) Informação por segmento:** A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco IIII. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as demonstrações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises. **d) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. **e) *Impairment* de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento. **g) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato. **ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **h) Provisão para pesquisa e desenvolvimento:** Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos. **i) Fornecedores:** Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. **j) Partes relacionadas:** Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 9). **k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2024, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos. A Companhia não constituiu no exercício de 2024 o montante de R$ 40.126 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. **l) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são preestabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **m) Impostos sobre receita:** As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir. **a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 10):** O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de *"impairment"* dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado. **b) Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 17):** A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

26. Eventos subsequentes: Renovação contrato de seguro: Em 17 de janeiro de 2025, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2026. **Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil:** Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia e arrendatária celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças, dos terrenos onde está instalada a Usina Termelétrica Pernambuco III. As partes sucederam os direitos e obrigações advindos dos Instrumentos Particulares de Arrendamento datados de 30 de novembro de 2010 e 18 de janeiro de 2019. O novo Instrumento substitui integralmente e consolida todos os instrumentos anteriores de arrendamento firmados entre as partes e o prazo do arrendamento se inicia na data de assinatura do presente contrato, quando substitui plenamente os contratos originais, permanecendo vigente até o dia 31 de dezembro de 2044. A Companhia poderá resilir antecipadamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza até o dia 31 de dezembro de 2030, mediante notificação por escrito, com no mínimo, 30 dias de antecedência. **Reforma tributária:** Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originária do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que disciplina a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, que em linhas gerais, consolida cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A nova legislação implementa também o IS (Imposto Seletivo) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Haverá um período de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Processo de arbitragem - Reorganização Financeira:** Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1° aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025. Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2° aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

Diretoria

Gabriel Freitas Moreira da Silva - Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior - Diretor de Relações com Investidores

Contadora

Carolina Andrade Cassim - CRC 1SP234149/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas, conselheiros e administradores da **Termelétrica Pernambuco III S.A.** - Igarassu - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1, que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado, em 31 de dezembro de 2024, um montante total de prejuízos de R$ 925.948 mil, e naquela data, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R$ 754.901 mil. A referida nota explicativa e divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 14 e 15, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida (Nota Explicativa nº 10). Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10- "Imobilizado", a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 124.711 mil. Em 31 de dezembro de 2024, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma, a administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2024, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: **i)** revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; **ii)** revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; **iii)** avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa; **iv)** elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está

continua→★

Eufrázio

★ continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A.

conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Igarassu, 27 de março de 2025

GrantThornton

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador - CRC 1SP-293.919/O-7

Transnordestina será retomada em PE

Licitação de dois trechos da obra no estado será no segundo semestre deste ano e previsão de conclusão total dos serviços é em 2029

THATIANY LUCENA

A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe) lançou, ontem, o Fórum Permanente de Infraestrutura de Pernambuco. A estratégia tem como objetivo acompanhar e monitorar 20 obras e empreendimentos, com investimento estimado de R$ 27,6 bilhões e previsão de conclusão até 2032. Os principais destaques incluem a obra da Ferrovia Transnordestina, o Arco Metropolitano, a implantação da Escola de Sargentos e a duplicação da BR-232 de São Caetano até Serra Talhada.

Segundo o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, no segundo semestre deste ano serão licitados dois lotes da obra no trecho pernambucano da Transnordestina, que vai de Salgueiro até Suape. Com um custo estimado de R$ 3,5 bilhões, a estimativa da Infra S.A é que o trecho total de Salgueiro-Suape, com 544 km de extensão, seja concluído até 2029.

De acordo com o presidente da Infra S.A, os trechos são o SPS 4, que tem uma extensão de 73 km, que liga Custódia e Arcoverde, no Sertão, e o SPS 7, com 53 km, que vai de Cachoeirinha, no Agreste, a Belém de Maria, na Mata Sul. Após a licitação, a expectativa é que os serviços sejam iniciados até setembro de 2025.

Bastos destacou ainda que o presidente Lula confirmou que, durante o seu governo, não faltará dinheiro para Transnordestina. De acordo com o presidente da Infra, o investimento para esta fase inicial é de R$ 450 milhões e será viabilizado pelo Orçamento Geral da União (OGU), por meio do PAC.


RICARDO FERNANDES/ARQUIVO DP

Construção da ferrovia que tem o objetivo de cruzar o Nordeste foi iniciada em 2006

"O valor demonstra a confiança na viabilidade do projeto e simboliza o compromisso do governo federal com a modernização da infraestrutura de integração do Nordeste. A obra será conduzida pela Infra S.A, e resultará em milhares de empregos para os trabalhadores de toda a cadeia produtiva do estado. Assim, Pernambuco vai se considerar ainda mais como um dos grandes polos de desenvolvimento do país, de infraestrutura cada vez mais robusta e integrada", destacou Bastos.

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou que a conclusão da Transnordestina é fundamental para que Pernambuco aumente a sua capacidade de escoamento da produção. "O Porto de Suape fechou o ano de 2024 com aproximadamente 23 a 25 milhões de toneladas movimentadas. Com a Transnordestina pronta, a expectativa é mais do que dobrar a capacidade desse escoamento", apontou o ministro.

Com construção iniciada em 2006, a ferrovia Transnordestina foi planejada para cruzar o Nordeste por dois ramais, uma conexão pelo Ceará e outra por Pernambuco.

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO



Governadora confirmou análise de propostas no dia 11

Arco Metropolitano em destaque

Além do trecho pernambucano da ferrovia Transnordestina, o Fórum Permanente de Infraestrutura de Pernambuco também tem como principais destaques as obras do Arco Metropolitano e duplicação da BR-232. Durante evento, ontem, a governadora de Pernambuco Raquel Lyra (PSD) confirmou que as propostas de licitação para as obras do Arco Metropolitano serão analisadas no próximo dia 11 de abril.

"Com isso, a gente já começa a fazer o julgamento e se tudo ocorrer dentro do cronograma previsto, a nossa expectativa é de poder ter obra em execução nos próximos 30 ou 60 dias", afirmou Raquel.

Ainda durante o evento, a governadora confirmou que o projeto da duplicação da BR-232, no trecho de São Caetano até Arcoverde, que abrange 108,9 quilômetros, ficará pronto ainda no primeiro semestre de 2025.

"Esse projeto estando pronto, a nossa expectativa é de poder licitá-lo em seguida. Então, se tudo ocorrer dentro do cronograma, a gente pode ter obras esse ano para duplicação da Rodovia BR-232", confirmou a governadora.

Ainda de acordo com ela, se não houver recursos do governo federal pelo novo PAC, as obras serão executadas com o recurso do governo do estado. Já para Serra Talhada, que abrange mais de 156 km, a expectativa, de acordo com a governadora, é que o projeto fique pronto até no início do segundo semestre, entre agosto e setembro.

[Leia mais
www.diariodepernambuco.com.br/economia

Eufrázio



ALE CATAN/DIVULGAÇÃO

Dedicatórias de amor

Musical 'Canções Que Eu Guardei para Você' é um convite à reflexão sobre relacionamentos, embalado por hits da música brasileira

ALLAN LOPES

Todo mundo já teve aquela música que vira a trilha sonora de um romance. Quando a paixão bate forte, ela toca em looping. Quando o coração se quebra, vira o hino oficial da dor de cotovelo. E é justamente nesse ritmo de amor e desilusão que o espetáculo *Canções Que Eu Guardei para Você* — que ficará em cartaz neste sábado, às 20h, e domingo, às 16h e 20h, no Teatro do Parque — transforma histórias cotidianas em uma ciranda irresistível, repleta de desejos, surpresas, frustrações e, claro, aquelas descobertas que só o amor (ou um bom término) é capaz de revelar.

A trama é embalada por canções de grandes divas da música pop brasileira ligadas ao universo LGBTQIAPN+, como Adriana Calcanhotto, Ana Carolina, Ellen Oléria, Maria Gadú, Marina Lima e Sandra de Sá, além da saudosa Cássia Eller. As composições ganham novos arranjos, executados ao vivo por uma formação instrumental que inclui piano, violino, violoncelo, bateria e baixo. No roteiro, estão hits como *Sinais de Fogo*, composto por Ana Carolina especialmente para Preta Gil, *Fullgás*, de Marina Lima e seu irmão, o saudoso Antônio Cícero, e *Ser de Sagitário*, de Péricles Cavalcanti, que Adriana Calcanhotto pegou para o repertório de sua Adriana Partimpim.

O musical, idealizado por Felipe Heráclito e Marco Griesi, reúne um elenco versátil de atores que se dividem entre os palcos e as telas: Bruna Guerin, Felipe Hintze, Guilherme Magon, Karen Junqueira e Marília Lopes. Completando o time, George Sauma, o eterno Tatalo do seriado *Toma Lá Dá Cá*, que segue fazendo sucesso na programação do Canal Viva, destaca a importância de um repertório exclusivamente nacional como eixo central do projeto. "É legal ver o impacto que as músicas têm, porque o público não espera encontrá-las em um contexto de teatro. Elas realmente ajudam a contar a história e tornam a peça mais envolvente", celebra o ator, em conversa exclusiva com o *Viver*.

Músicas de Adriana Calcanhotto, Ana Carolina, Maria Gadú e Marina Lima estão na trilha da peça

No espetáculo, George interpreta Miguel, um cozinheiro talentoso que divide a vida com Malu em um relacionamento estável. Romântico por natureza, ele valoriza os pequenos rituais do cotidiano e sonha em oficializar sua união. Malu, embora aprecie a segurança da rotina, sente um crescente desejo por experiências novas. Todo mês, Miguel mantém a tradição de preparar um jantar especial para os amigos Renata e Túlio. Quando o casal visitante resolve trazer convidados inesperados para um desses encontros, o equilíbrio entre os quatro cai por terra.

Apesar do tom descontraído e das pitadas de humor, a narrativa avança para reflexões maduras sobre relacionamentos, abordando com sensibilidade temas como a não monogamia, desgastes cotidianos e as complexidades da sexualidade contemporânea. "Quando apresentamos os personagens, como o Miguel e a Malu, que têm um relacionamento um tanto fora do convencional, as pessoas se identificam com esses dilemas. O espetáculo não conclui nada, mas provoca o público a refletir. E acho que isso é importante, porque faz as pessoas pensarem sobre temas que muitas vezes ficam de fora", observa o ator carioca.

Desde janeiro rodando o Brasil, *Canções Que Eu Guardei para Você* finalmente chega à capital pernambucana — um retorno especial para o ator, que conhece bem a cidade e suas tradições carnavalescas. "Hoje, não é tão comum uma peça conseguir viajar tanto pelo Brasil, portanto essa oportunidade de conexão com diferentes plateias tem sido muito especial. Em Porto Alegre, por exemplo, tivemos apresentações muito emocionantes. Agora, estou curioso para ver como o público recifense vai receber a peça", garante George. O Recife, com seu jeito único de amar, com certeza vai ajudar a remexer ainda mais esse encontro cheio de sons.

Tiee traz seu *Subúrbio* para o Recife

Após oito edições realizadas no Rio de Janeiro, projeto do artista fluminense se consolida como um dos mais festejados do samba atual

PEDRO FERRER

Após o grande sucesso no Rio de Janeiro, onde reuniu mais de 25 mil pessoas nas oito edições realizadas, o cantor e compositor Tiee escolheu o Recife como a primeira cidade a receber o projeto *Subúrbio* fora de seu estado natal. No próximo dia 5, o palco do Parador será tomado pela energia do samba e do pagode, prometendo cerca de três horas de show. Para tornar o evento mais especial, o cantor, compositor e também ex-*BBB* Rodriguinho, que marca presença no projeto desde sua primeira edição, em 2023, já confirmou sua presença.

Com cenografia inspirada no subúrbio carioca, o projeto traz a identidade e a energia do lugar, como uma experiência imersiva

Subúrbio tem como objetivo resgatar a essência do samba e do pagode, trazendo o melhor do gênero e conectando o público com as raízes da música brasileira. O sucesso é inegável: o álbum *Subúrbio (Ao Vivo)* foi indicado ao Grammy Latino 2024 na categoria Melhor Álbum de Samba e Pagode e as gravações realizadas no Engenhão já acumulam mais de 90 milhões de reproduções nas plataformas digitais. Para este show, Tiee promete embalar o público com grandes sucessos de sua carreira, como *O Som do Tambor*, *Porradão*, *Modo Avião* e *Moça*, além de *Unilateral*, parceria com Dilsinho que ultrapassou a marca de 10 milhões de streams.

Com uma cenografia inspirada no subúrbio carioca, o projeto traz a identidade e a energia do lugar, proporcionando uma experiência imersiva ao público. O projeto surgiu como uma reedição do *Capadócia*, evento realizado entre 2018 e 2021 em Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio, que reuniu mais de 300 mil pessoas ao longo de suas edições.

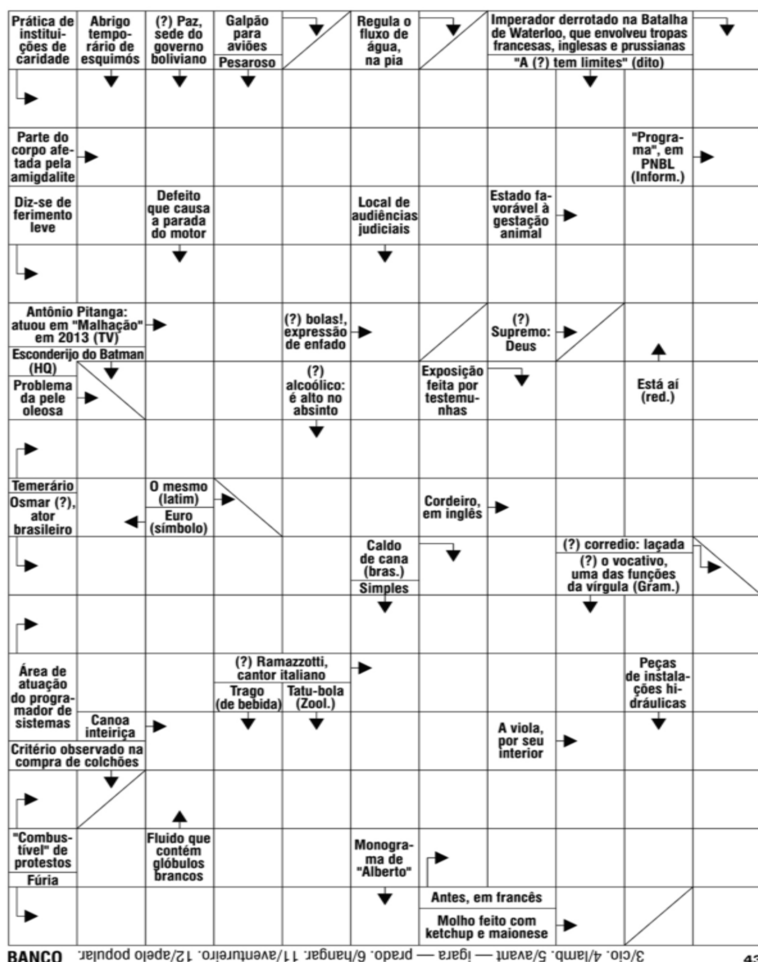
Depois da estreia em Recife, o *Subúrbio* segue sua turnê visitando outras capitais, como Belém, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo, encerrando, como é de se esperar, no Rio de Janeiro.

LÉO ALVES/DIVULGAÇÃO



O artista teve o álbum *Subúrbio (Ao Vivo)* indicado ao Grammy Latino no ano passado

Palavras cruzadas



BANCO 3/cio. 4/lamb. 5/avant — igara — prado. 6/hangar. 11/aventureiro. 12/apelo popular. 43





Astros

ÁRIES (21/03 a 20/04)
Alguém que lhe causou problemas no passado pode reaparecer. Não importa o discurso, faça-se de surdo para qualquer tipo de pedido de ajuda, principalmente financeira.

TOURO (21/04 a 20/05)
Não descarte suas experiências passadas hoje, pois a resposta para um problema pode estar em reciclar uma idéia bem sucedida. Procure dar um pouco mais de atenção à sua alimentação.

GÊMEOS (21/05 a 20/06)
Embora sua criatividade esteja em alta hoje, você não dará a si mesmo muita credibilidade. Confie em suas próprias idéias.

CÂNCER (21/06 a 22/07)
Mesmo que não lhe agrade participar de algum evento ou projeto de trabalho, demonstre boa vontade. A flexibilidade é uma característica sua e hoje você deve usá-la.

LEÃO (23/07 a 22/08)
Não cometa o erro de deixar o pior para depois hoje. Seja no trabalho ou em sua vida pessoal, resolva logo o que for mais difícil.

VIRGEM (23/08 a 22/09)
Você passa por uma fase de muitas dúvidas e incertezas, principalmente em relação a questões de trabalho. Seria bom parar para escutar a opinião daqueles que só querem lhe ajudar.

LIBRA (23/09 a 22/10)
Você anda numa fase de novas amizades, novos ambientes e novas descobertas. Felizmente você deve encontrar só coisa boa pela frente e isso lhe dará força para superar uma decepção recente.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Cabe apenas a você não permitir que pequenos obstáculos impeçam a realização dos seus desejos no dia de hoje.

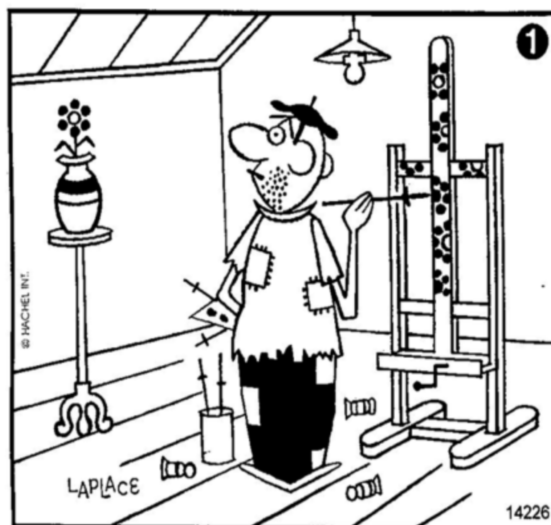
SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Indecisões e dúvidas podem interferir nos seus planos para hoje. Você precisa se decidir ou poderá perder uma chance que não surge todos os dias.

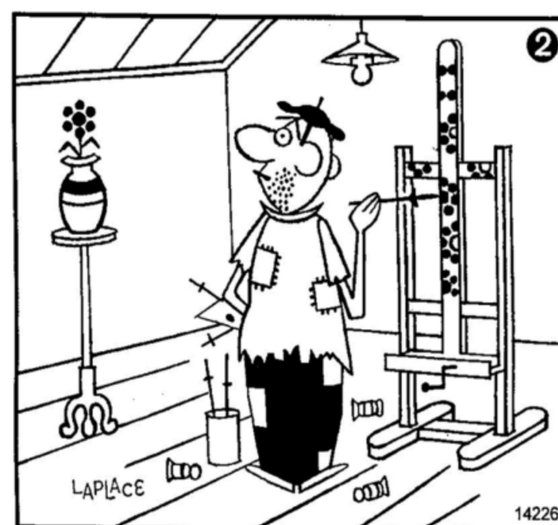
CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/01)
Sua ambição pode ser seu grande aliado no dia de hoje, mas cuidado para não se deixar levar pela ânsia do sucesso. Use-a positivamente, como um combustível para a vitória, mas não apenas para o seu próprio benefício.

AQUÁRIO (21/01 a 19/02)
Um mal entendido pode ser o responsável pelo esfriamento no relacionamento com alguém por quem tem grande afeição.

PEIXES (20/02 a 20/03)
Em qualquer situação, seja positivo e otimista. Uma postura derrotista impede o crescimento e mina nossos ideais.

8 erros





Resolução: 1. Flor, 2. Suporte do Vaso, 3. Plaqueta de tinta, 4. Pé do homem, 5. Camisa, 6. Linha da parede, 7. Pincel, 8. Bolinha da pintura.

Eles viram o mundo

Imagine largar tudo para viver o sonho de rodar o mundo gravando clipes. Foi o que fez, em 2015, o casal paulista de filmmakers e documentaristas Diana Boccara e Leo Longo, o duo Couple of Things. Com o projeto *A Volta ao Mundo em 80 Videoclipes*, eles visitaram 22 países, em uma jornada que durou nada menos que 18 meses.

Neste ano de 2025, Diana e Leo celebram os dez anos da empreitada com atividades gratuitas na Caixa Cultural Recife. Em cartaz de quinta até domingo, a maratona inclui mostra de vídeos, palestra, contação de história e uma oficina com smartphone que resultará em um clipe para a cantora Uana.



RENATO NASCIMENTO/DIVULGAÇÃO

RUAN PABLO/DP FOTO



Margareth Gueiros e o marido, o vereador Carlos Muniz, prestigiando a entrega do Troféu Ademi-PE

RUAN PABLO/DP FOTO



Também no Armazém 14, a presença do economista Ecio Costa, colunista do Diario

Passeio

A Associação dos Amigos da Justiça de Pernambuco vai promover, no próximo dia 14, um dia especial de lazer e confraternização no Recife Outlet, em Moreno, a convite de Andréa Pinheiro e Rosa Menezes. O passeio contará com um almoço especial, com direito a apresentação musical.

AFONSO LAPORTE/CORTESIA



No Anjo Solto, Zé Manoel, Isadora Melo, António Zambujo, Lina Rosa, Yamandu Costa e Juliano Holanda comemoram o sucesso do show do cantor português e do violonista gaúcho, que teve casa cheia no Teatro Guararapes

Coquetel

Monique Majtlis, diretora criativa e uma das sócias da Shoulder, marca de moda feminina com mais de 40 anos de história, estará no Recife, nesta quinta, para a reinauguração da loja no RioMar. Às 17h, ela recebe convidados para apresentar a nova identidade visual. O projeto é assinado pela arquiteta Renata Gaia em parceria com o escritório DEA Design.

Conscientização

Uma proposta da vereadora Rebecca Regnier, do Jaboatão dos Guararapes, visa a integração de cavalos resgatados nas ruas à equoterapia, tratamento fundamental para crianças com Transtorno do Espectro Autista e outras condições neurológicas. A iniciativa ganhou repercussão nacional e foi apresentada na Câmara dos Deputados por Clodoaldo Magalhães. O mês de abril, que começa hoje, é dedicado à conscientização sobre o autismo.

Boa Viagem no mapa

Raimundo Souza, CEO da Scopo Empreendimentos, está lançando em Boa Viagem o Shopping View Rooftop, com apartamentos tipo estúdio e de dois quartos. O projeto inclui um rooftop com dois andares e vista panorâmica, com várias opções de lazer. Em parceria com a Housi Smart Live, a gestão das unidades será feita através de proptech, abreviação de "property technology", uma inovação do setor imobiliário.

HANNAH CARVALHO/DIVULGAÇÃO



Estreando no Lollapalooza, em São Paulo, a cantora Sofia Freire posa com exclusividade para a Giro nos bastidores do festival

DIVULGAÇÃO



A nutricionista Raíssa Magna, referência em emagrecimento, saúde da mulher e estética, inicia atendimentos na Choice Clínicas, instalada no International Trade Center, no Pina

Em Porto Alegre

A coreógrafa Maria Paula Costa Rêgo já está em Porto Alegre, onde o Grupo Grial de Dança apresenta o espetáculo *Uma Mulher Vestida de Sol*, nos dias 4, 5 e 6, na programação de reabertura do Teatro Simões Lopes Neto. Hoje, ela ministra a oficina *Construção da Poesia Corpórea*. O Grial foi a única companhia artística do Norte/Nordeste convidada para a programação.

NILSON SOUZA/DIVULGAÇÃO



Os irmãos André Ferreira e Anderson Ferreira parabenizam o prefeito Joselito Gomes que, ao lado da esposa, Viviane Facundes, festejou idade nova em Gravatá

Prevenção

Uma parceria entre a construtora Rio Ave e o Instituto Banco Vermelho, inédita no Brasil, promete ser o início de um amplo movimento de prevenção e combate à violência contra a mulher no estado, com ações nos canteiros de obra. Ontem, o símbolo da campanha, um banco vermelho gigante, foi instalado na área externa de dois dos principais empresariais da empresa, localizados na Ilha do Leite.

Reeleito

A Abrasel em Pernambuco acaba de anunciar a recondução do empresário Tony Sousa à presidência da entidade para o próximo triênio (2025-2028). Para o setor de bares e restaurantes do estado, a reeleição representa a possibilidade de avanço em projetos já em andamento.

Encontro

Nesta terça-feira, às 18h, o Instituto Fecomércio, em parceria com o Sebrae-PE e com o apoio do Senac, SindNorte e Cartão do Empresário, promove o fórum de debates *Perspectivas e Oportunidades Econômicas de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Ilha de Itamaracá*, com a presença da economista e socióloga Tania Bacelar e do economista Ademilson Saraiva. O evento será realizado no Senac Paulista.

Tecnologia

No dia 16, o Cais do Sertão recebe o Código M, evento gratuito voltado para mulheres com interesse na área de tecnologia.



Niver

Adelvani Braz, Andréa Brol Leal, Antenor Cardoso Soares Júnior, Edilson Segundo, Gabriel Marquim, Helena Ribeiro, Joel de Hollanda, José Carlos Poroca, Juliana Pimentel, Marcelo Tavares de Mello, Mário Gil Rodrigues, Maurício Monte, Nathália Jambo Farinha, Otaviano Maroja e Salete Perrelli.

YACY RIBEIRO/SECOM-PE



O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, a governadora Raquel Lyra e o presidente da Fiepe, Bruno Veloso, no lançamento do Fórum Permanente de Infraestrutura

WILLIAMS AGUIAR/DIVULGAÇÃO



Ainda na Fiepe, o vice-presidente Massimo Cadorin recebe o senador Fernando Dueire

RAFAEL VIEIRA/DP FOTO



O prefeito João Campos no Fórum Permanente de Infraestrutura, promovido pela Fiepe

KÉSSIA ALVARENGA/DIVULGAÇÃO PCR



O secretário de Turismo e Lazer do Recife, Thiago Angelus, entre os músicos Carlos Malta e Victor Biglione, no Festival de Jazz do Recife, no Cais da Alfândega

Eufrázio

Legislação urbana deve sofrer mudanças

A minuta do Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo prevê, por exemplo, a ampliação do potencial construtivo do Recife

MARÍLIA PARENTE

Uma minuta apresentada pela Prefeitura do Recife prevê mudanças nas leis de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), de 1996, e de Parcelamento no Solo, que vigora desde 1997 na capital. Entre as propostas do documento, estão a redução do lote mínimo de construção de 250 m2 para 125 m2, ampliando o potencial de construção da cidade; outra é a previsão dos gabaritos de 42 metros de altura para prédios à beira da Avenida Boa Viagem e de 24 metros para lotes que margeiam o Capibaribe.

Além disso, com a aprovação da nova legislação, dispositivos anteriores, como a Lei dos 12 Bairros, deixarão de existir. "A Lei dos 12 Bairros olha para uma parte da cidade e foi importante naquele momento, só que atualmente estamos vivendo um momento diferente", explica Salomão. O professor lembra que, com a Lei dos 12 Bairros, a limitação das construções acabou sobrecarregando bairros vizinhos que não foram contemplados por ela.

Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco (CREA-PE) nas discussões com a prefeitura, Aldenor Marinho destaca a inclusão da proposta de retrofit para estímulo de unidades habitacionais de interesse social no Centro da cidade. Com o objetivo de promover a ocupação da região, a minuta sugere que a área revitalizada por empreendedores seja recompensada com potencial construtivo em outras áreas da cidade.

O Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo será tema de audiência pública marcada para 8 de abril

A proposta legislativa, intitulada Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), será alvo de uma audiência pública marcada para acontecer no Teatro do Parque no dia 8 de abril. Especialistas ouvidos pelo Diario de Pernambuco ressaltam a importância da atualização da legislação em razão do novo Plano Diretor da cidade, aprovado em 2021, mas pontuam que o projeto ainda precisa de ajustes.

"Hoje o que temos é um conjunto enorme de normativas que estão divididas em várias partes. Então há uma dificuldade de muito grande para os analistas da prefeitura e para os profissionais de arquitetura e urbanismo para saber, de fato, o que pode ser feito. Essa nova lei consegue reunir tudo em um só instrumento, o que é um ganho enorme para a cidade", opina o presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco (CAU/PE), Roberto Salomão.

PRISCILLA MELO/DP FOTO



Minuta incluiu a proposta de retrofit para estimular a moradia no Bairro do Recife

LACUNAS

"Nossa preocupação é a de que a estrutura pública não acompanhe esse crescimento populacional. Até o momento, não foram apresentadas quais serão as iniciativas da prefeitura para incentivar a estrutura viária nesses bairros", afirma Marinho.

A minuta ainda deve passar por alterações antes da publicação final. Após debates em reuniões e audiências públicas, o projeto será transformado em um documento consolidado, que será encaminhado ao Conselho da Cidade, no qual poderá ser aprovado em sua integralidade ou com ajustes. Apenas depois disso, a proposta estaria apta a ser encaminhada para a Câmara Municipal para ser discutida pelos vereadores e, de fato, tornar-se uma lei.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO S.A. - ADEPE
AVISO AOS ACIONISTAS

Relatório de Administração ADEPE 2024. Tem como objeto a apresentação dos negócios e atividades desenvolvidas pela ADEPE no ano de 2024, incluindo política públicas e impactos econômicos. **Acham-se à disposição dos senhores acionistas**, o Relatório de Administração, a que se refere o artigo 133, I da Lei nº 6.404/76, no site da ADEPE - https://www.adepe.pe.gov.br/governanca-corporativa-atas-ago-2025, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Demonstrações Financeiras da ADEPE 2024. Balanço Patrimonial 2024, Demonstração do Resultado 2024, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e notas explicativas da Administração. **Acham-se à disposição dos senhores acionistas**, as Demonstrações Financeiras, a que se refere o artigo 133, II da Lei nº 6.404/76, no site da ADEPE – https://www.adepe.pe.gov.br/governanca-corporativa-atas-ago-2025, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Parecer dos Auditores Independentes 2024. Auditoria realizada pela empresa AUDIMEC Auditores Independentes acerca das demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2024. **Acham-se à disposição dos senhores acionistas**, o Parecer dos Auditores Independentes, a que se refere o artigo 133, III da Lei nº 6.404/76, no site da ADEPE – https://www.adepe.pe.gov.br/governanca-corporativa-atas-ago-2025, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.
Parecer do Conselho Fiscal. Parecer do Conselho Fiscal da ADEPE aos Administradores e Acionistas da ADEPE. **Acham-se à disposição dos senhores acionistas**, o Parecer do Conselho Fiscal, a que se refere o artigo 133, IV da Lei nº 6.404/76, no site da ADEPE - https://www.adepe.pe.gov.br/governanca-corporativa-atas-ago-2025, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Recife, 28 de março de 2025.
CARLOS SOARES SANT'ANNA
Titular do Conselho de Administração da ADEPE

Vite Capital Securitizadora S.A.
CNPJ 59.291.380/0001-03 - NIRE 263.000.523-85
Ata da 1ª (Primeira) Assembleia Geral Extraordinária
Data, Hora e Local: 05/02/2025, 10h, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, artigo 124, Lei nº 6.404/1976, com a presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da **Vite Capital Securitizadora S.A.**, **Caio Graco Rocha Farias** e **Carlos Graco Gondim Farias**. **Deliberações: I** - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 10.000 debêntures simples, no montante de R$ 10.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco, anexo à Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 1ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio. Petrolina/PE, 05 de fevereiro de 2025. (a.a.). **Carlos Graco Gondim Farias** - Presidente de Mesa e Acionista, **Caio Graco Rocha Farias** - Secretário de Mesa e Acionista. **JUCEPE** nº 20259716073 em 27/02/2025. Jessica Caroline das Chagas Morales - Secretária Geral.

METRÔ

Novo cartão inicia cadastramento

Começou ontem o cadastramento para obter o Cartão Múltiplo que vai vigorar nos metrôs do Recife a partir do dia 1º de junho. Esse cadastramento poderá ser realizado gratuitamente na Estação Recife e na Estação Cajueiro Seco. Os usuários têm até 31 de maio para garantir o Cartão Múltiplo, que será a única forma válida de pagamento para embarque.

Já o Cartão Unitário do Metrô do Recife sairá de circulação e não será mais aceito nas estações. Para garantir o novo modelo, os passageiros devem apresentar CPF e um documento oficial com foto, como RG ou CNH. O atendimento será de segunda a sexta-feira, das 6h às 20h, e aos sábados, das 6h às 12h.

RECARGA

Com o novo cartão, os usuários terão mais praticidade e flexibilidade, podendo realizar recargas de qualquer valor até o limite de R$ 600, sem prazo de validade para os créditos. O primeiro cartão será disponibilizado gratuitamente, mas eventuais segundas vias terão um custo de R$ 2,00.

Será possível também transferir os créditos existentes nos cartões unitários para o cartão múltiplo. A mudança pretende agilizar o embarque e proporcionar maior comodidade aos passageiros. Os usuários do cartão VEM não precisam se preocupar porque ele continua válido.

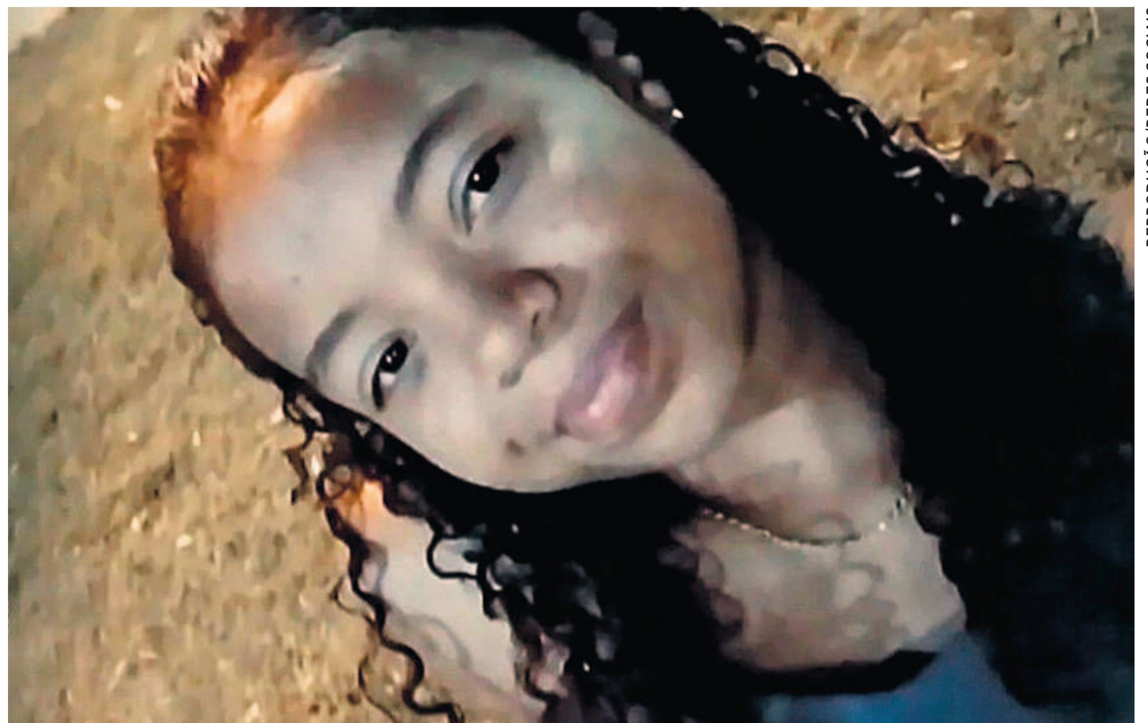


Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250401

Eufrázio

Pai de Ingridy cresceu junto o sequestrador

Durante o velório do corpo da menina de 13 anos, enterrada ontem em Floresta, ele lembrou da amizade de infância com o responsável pelo crime


REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Ingridy foi descrita pelo pai como uma menina carinhosa e com muitos amigos

O corpo da adolescente Ingridy Vitória, de 13 anos, foi enterrado na manhã de ontem no Cemitério São Miguel, em Floresta, Sertão de Pernambuco. O sepultamento reuniu uma multidão, que prestou suas últimas homenagens à adolescente. A mãe dela, Adriana Gomes, estava inconsolável, amparada por parentes e amigos enquanto se despedia da filha.

Durante o velório, o pai da menina, Cícero Cipriano da Silva, falou publicamente sobre o crime cometido por seu vizinho e colega de trabalho, Jocelmo Caldas da Silva. "Meu próprio amigo, o que foi que ele fez comigo? Hoje estou velando a minha filha, triste, sofrendo. Era coisa que a gente não esperava. Total confiança que a gente dava a ele, e ele fazia isso com a gente. Estou sem chão", lamentou.

AMIZADE

Jocelmo e Cícero se conheciam desde a infância. Cresceram juntos no projeto Curaçá NH2, distrito de Itamotinga, em Juazeiro (BA), e compartilhavam a rotina de trabalho há cerca de oito anos.

Na terça-feira (25), Ingridy foi sequestrada por Jocelmo próximo à zona rural de Santa Maria da Boa Vista. Ele havia oferecido carona a sua família (a mãe Adriana Gomes e o seu irmão Marcos, de 4 anos), de Curaçá, na Bahia, até Santa Maria.

Cícero participou das buscas na caatinga. "Estávamos na mata procurando, na chance de tentar achar ela viva. O elemento nem tanto, nós queríamos era ela, né? Mas não conseguimos completar essa etapa", contou o pai.

O corpo de Ingrid foi encontrado no sábado (29). Antes disso, a Polícia Militar encontrou o sequestrador que acabou morto em troca de tiros. Os detalhes sobre a investigação só serão divulgados após a conclusão do inquérito.

Ingridy foi descrita pelo pai como uma menina carinhosa e querida por todos. "Uma menina bem legal, que tinha amizade com todo mundo na escola e não costumava sair de casa sem a mãe", relatou.



Parabéns, ALEPE! 190 anos de compromisso com Pernambuco.

A ALEPE não é apenas um símbolo do legislativo estadual, mas também um instrumento vivo de cidadania e participação popular. Neste momento especial, parabenizamos a todos que fazem parte dessa trajetória. Que os próximos anos sejam, de ainda mais progresso e compromissos com um Pernambuco melhor para todos.

A indústria da cana-de-açúcar está presente em mais de 50 municípios pernambucanos, gerando mais de 200.000 empregos diretos e indiretos.

Eufrázio

RUAN PABLO/DP FOTO



Cerimônia de posse reuniu autoridades locais e nacionais

Novo presidente do TRF-5 toma posse em cerimônia

O desembargador Roberto Machado foi escolhido para comandar a corte durante o biênio 2025-2027 e reuniu diversas autoridades durante o evento

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) empossou ontem os desembargadores federais Roberto Machado, Joana Carolina e Leonardo Resende, nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-regional, respectivamente, para o biênio 2025-2027. A solenidade foi realizada no Salão do Pleno do TRF-5

A cerimônia de posse foi conduzida pelo, agora ex-presidente da corte, desembargador federal Fernando Braga. Em seu discurso de posse, Machado destacou as prioridades da gestão. "Uma delas é o PJE 2, que é uma inovação que nós temos no processo judicial eletrônico. Uma outra prioridade que eu citaria é o concurso para juiz federal. Nós temos, no momento, 11 vagas, mas temos uma ideia de que precisamos completar as 64 vagas", afirmou.

STJ

Presente no evento, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, parabenizou o novo presidente do TRF-5. "Mais como presidente do Conselho da Justiça Federal, em primeiro lugar, [quero] agradecer à mesa que acaba de concluir com louvor o seu mandato sob a Presidência do desembargador Fernando Braga e agora desejar à nova mesa, sob a Presidência do desembargador Roberto Machado, muito sucesso nos próximos dois anos. O mais relevante de tudo é que, no nosso país, o juiz ou a juíza não é escolhido pela força do dinheiro ou pela força daqueles que têm a força do poder político ou econômico", pontuou.

Estiveram presentes na mesa durante a cerimônia, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta; o ministro da Advocacia Geral da União, Jorge Messias; a governadora Raquel Lyra, o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, Rafael Ribeiro; e a conselheira do Conselho Nacional de Justiça Mônica Nobre. O prefeito do Recife, João Campos, e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho também compareceram.

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10180099807, no qual figura(m) como fiduciante(s) **FABIANA VICENTE DE OLIVEIRA,** brasileira, divorciada, não mantendo união estável, autônoma, portadora da Cédula de Identidade nº 1.715.701-SSP/AL e inscrita no CPF/MF sob o nº 796.762.514-53 (R.12), residente e domiciliada em Paulista/PE, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 16/04/2025, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 699.875,00** (seiscentos e noventa e nove mil e oitocentos e setenta e cinco reais), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo "Apartamento 1004 (um mil e quatro), do EDIFÍCIO MAISON MONET, situado à Av. Ministro Marcos Freire, antiga Av. Beira Mar, no bairro de Casa Caiada, nesta cidade, em construção no lote de terreno foreiro à municipalidade de Olinda, sob o nº 05-A, da quadra A, do Loteamento Casa Caiada, dito apartamento que após sua conclusão terá os seguintes cômodos: 01 varanda, sala de estar/jantar, circulação, 02 quartos sociais e uma suíte com banheiro privativo, wc social, quarto e wc para empregada e área de serviço, com área total de construção de 186,87m2, sendo 127,25m2 de área privativa e 59,62m2 de área comum ou de condomínio e fração ideal equivalente a 0,013400." **Imóvel objeto da matrícula nº 37.477 do 01º Cartório de Registro de Imóveis de Olinda/PE**. **Inscrição Municipal:** 1.1020.023.04.0663.0040.5 (AV.04). Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 30/04/2025, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 349.937,50** (trezentos e quarenta e nove mil e novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-3160-07)

ser educacional
gente criando o futuro

SER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ nº 04.986.320/0001-13 - NIRE 26.3.0001679-6
Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convidamos os Senhores Acionistas da Ser Educacional S.A. ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2025, às 14h00, de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I, e § 3º, e artigo 28, § 2º e § 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico"), a fim de deliberarem sobre à seguinte: **ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: (a)** apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer do conselho fiscal, do relatório anual e parecer do comitê de auditoria não-estatutário e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(b)** apreciação do relatório da administração e das contas dos administradores da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(c)** a aprovação do orçamento de capital para o exercício de 2025 ; **(d)** absorção, pela reserva de lucros, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e a distribuição de dividendos; **(e)** determinação do número efetivo de membros do Conselho de Administração; **(f)** enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração; **(g)** eleição dos membros do Conselho de Administração; **(h)** instalação do Conselho Fiscal; **(i)** eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(j)** aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025; **(k)** rerratificação do orçamento de capital para o exercício de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (a)** alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, de forma a alterar a redação do artigo 3º para refletir o novo endereço da sede social da Ser Educacional; e **(b)** consolidação do Estatuto Social. **INFORMAÇÕES ADICIONAIS:** Todos os documentos e informações necessárias ao exercício do direito de voto pelos acionistas, em especial o Manual de Participação dos Acionistas na Assembleia ("Manual"), que inclui as propostas da administração quanto às matérias a serem deliberadas, bem como todos os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia da Assembleia, encontram-se à disposição na sede da Companhia, na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.sereducacional.com/), na rede mundial de computadores (*internet*). A participação dos acionistas na Assembleia somente poderá ser: (à) via Boletim de Voto à Distância; e **(b)** via Sistema Eletrônico, nos termos do artigo 28, § 2º e § 3º, da Resolução CVM 81, hipótese em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto à distância; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto à distância e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto à distância serão desconsideradas. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação à distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso ao Sistema Eletrônico e/ou envio do Boletim de Voto à Distância, nos termos da Resolução CVM 81, constam do Manual, e demais documentos disponíveis nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.sereducacional.com/), na rede mundial de computadores (*internet*). O acionista que participar da Assembleia de forma remota por meio do Sistema Eletrônico participará e votará de forma remota na Assembleia, que será transmitida ao acionista em tempo real. A Companhia solicita que os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia por meio do Sistema Eletrônico enviem até o dia 26 de abril de 2025 um e-mail por escrito para a Companhia, no endereço eletrônico ri@sereducacional.com, manifestando seu interesse em participar de forma remota da Assembleia, e solicitando o link de acesso ao Sistema Eletrônico ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter as informações e documentos indicados no Manual. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, a Companhia ressalta que não será admitido o acesso ao Sistema Eletrônico de acionistas que não tiverem realizado seu cadastro ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Adicionalmente, ainda que o acionista tenha realizado a sua solicitação para participação na Assembleia dentro do prazo previsto, caso ele não tenha ações registradas na última relação da base acionária da Companhia, ele não conseguirá acessar o ambiente da Assembleia.** O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 70"), e do Artigo 5º da Resolução CVM 81. Ainda, nos termos do §1º do Artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, não obstante a Companhia solicita que eventuais requerimentos sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar seu processamento e a participação dos demais acionistas. Nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81, o percentual mínimo de participação no capital social votante para requerer a instalação do Conselho Fiscal da Companhia é de 2%, nos termos do artigo 5º, inciso I-A da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 70. Recife/PE, 28 de março de 2025. **José Janguiê Bezerra Diniz** - Presidente do Conselho de Administração.

PROTESTO

Entregadores de app paralisam trânsito

Entregadores de aplicativos realizaram ontem, em todo o país, protestos por melhores condições de trabalho e remunerações mais altas para a categoria. No Grande Recife, eles fecharam a Avenida Bernardo Vieira de Mello em Piedade; a Avenida Gov. Agamenon Magalhães, no Derby; e a Ponte do Pina. A paralisação está prevista para continuar hoje.

A manifestação faz parte do movimento "Breque Nacional dos Apps 2025". Os entregadores pedem aumento nas taxas pagas aos trabalhadores por viagem, limitação de quilometragem para bicicletas e garantia de pagamento integral dos pedidos, mesmo em entregas agrupadas na mesma rota.

Em nota, o iFood, principal empresa de delivery no Brasil e alvo dos entregadores no protesto, afirma que "respeita o direito à manifestação pacífica e à livre expressão dos entregadores e entregadoras" e diz estar "estudando a viabilidade de reajuste para 2025".



REPRODUÇÃO/@CUCA.DRONE/CORTESIA

Motorista pararam a Ponte do Pina

CURTA

REFINARIAS

Petrobras reduz preço do diesel

A Petrobras anunciou a redução de R$ 0,17 por litro no preço do óleo diesel A. A diminuição de 4,6% passa a valer a partir de hoje. O novo valor do combustível vendido às refinarias será, em média, de R$ 3,55 por litro. De acordo com cálculos da empresa, considerando a mistura obrigatória de 86% de diesel A e 14% de biodiesel para composição do diesel B vendido nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará a ser de R$ 3,05/litro, uma redução de R$ 0,15 a cada litro de diesel B. **(Agência Brasil)**



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250401

Sport registrou Boletim de Ocorrência após uma banana ser arremessada pela torcida do Inter no banco de reservas, ontem, pelo Brasileiro Feminino

Leão cobra **punição**


GERALDO RODRIGUES/SPORT

Jogadoras do Sport comemoraram o empate no RS

GABRIEL FARIAS

Um fato lamentável de injúria racial foi registrado, ontem, no duelo entre Internacional e Sport, pelo Campeonato Brasileiro Feminino realizado no Sesc Campestre, em Porto Alegre (RS). Nos minutos finais do jogo, uma banana, vinda do setor onde estava a torcida colorada, foi arremessada em direção ao banco de reservas do clube pernambucano.

As jogadoras da equipe rubro-negra comemoravam o segundo gol do Sport no jogo, que resultou no empate em 2 a 2 diante do Inter, quando a fruta foi atirada. Imagens da TV Brasil, que transmitia o confronto, mostraram a quarta árbitra, Andressa Hartmann, com a banana. A árbitra Cássia França de Souza relatou o caso na súmula. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) vai analisar o caso.

O Sport afirmou que o diretor de futebol feminino, Alessandro Rodrigues, registrou Boletim de Ocorrência e classificou, através de nota oficial, como caso de racismo.

"O Sport Club do Recife vem a público repudiar, veementemente, a atitude covarde e racista de um torcedor do Sport Club Internacional, que arremessou uma banana em direção ao banco de reservas rubro-negro durante a partida do Campeonato Brasileiro Feminino. Esse ato repugnante é uma clara manifestação de racismo e intolerância, e não pode ficar impune. O Sport Club do Recife não tolera qualquer forma de discriminação ou preconceito e exige a punição exemplar do responsável", diz um trecho da nota.

Foi o terceiro jogo do Sport no Brasileirão. O time somou seu primeiro ponto da competição. "O Sport Club do Recife prestará total apoio às jogadoras e à comissão técnica que foram alvo desse ato racista e reafirma seu compromisso inabalável na luta contra qualquer forma de discriminação", complementa a nota.

A Federação Pernambucana deu apoio ao Sport e também vai cobrar punição.



CURTA

DECISÃO

Mineiro apita Sport x Retrô na Ilha

A Federação Pernambucana (FPF) divulgou, ontem, a arbitragem para o jogo de volta entre Sport e Retrô pela final do Estadual. Paulo Cesar Zanovelli da Silva (FIFA-MG) será o árbitro do confronto de amanhã. Ele será auxiliado por Bruno Boschilia (FIFA-PR) e Fernanda Gomes (FIFA-MG). Tiago Nascimento (PE) comandará o VAR.

LOTERIAS

LOTOFÁCIL 3356

04	06	07	08	11	14	15	16
17	18	19	20	22	23	24	

DUPLA-SENA 2794

1º SORTEIO	07	26	36	44	46	47
2º SORTEIO	08	17	31	37	41	45

QUINA 6694

24	38	43	44	49

LOTOMANIA 2753

05	06	14	22	26	32	34
39	41	48	54	59	65	
77	78	79	81	83	90	96



PREFEITURA DO RECIFE
GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS
AVISO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A SECRETARIA DE PROJETOS ESPECIAIS DA PREFEITURA DO RECIFE, no uso de suas atribuições legais, resolve: tornar público que recebeu da Secretaria Executiva de Licenciamento e Controle Ambiental - Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano a Licença de Operação, processo nº8003522925, para o funcionamento do CENTRO COMUNITÁRIO DA PAZ-(COMPAZ PAULO FREIRE), Ladeira da Cohab, Nº 405 - COHAB, Recife/PE , com validade até 30/01/2026. Recife, 31 de março de 2025.**MARILIA DANTAS DA SILVA** Secretaria de Projetos Especiais.

PUBLICIDADE LEGAL

Classilíder (81) 2122 7892

SOLARIS EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 11.522.323/0001-61.

AVISO AOS ACIONISTAS Acham-se a disposição dos Srs. Acionistas na sede social da companhia as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. Recife/PE, 29/03/2025.

René Feijó de Pontes Neto
Diretor Presidente.

EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo: 20 dias. O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da Seção B da 17ª Vara Cível da Capital/ PE, em virtude de Lei, etc. FAZ SABER à RÉ: EDILMA PEREIRA DA SILVA, a qual se encontra em local incerto e não sabido que, neste Juízo de Direito, situado à Avenida Desembargador Guerra Barreto - Fórum do Recife, S/N, Ilha Joana Bezerra, RECIFE - PE - CEP: 50080-900, tramita a ação de BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81), Processo Judicial Eletrônico - PJe **0042469-24.2023.8.17.2001**, proposta por AUTOR: BANCO RCI BRASIL S.A. Assim, fica a ré CITADA para, querendo, contestar a ação supracitada no prazo de 15 (quinze) dias, contados do transcurso deste edital. No prazo de 05 (cinco) dias, contados da mesma data, a Ré poderá pagar a integralidade da dívida, conforme valores apresentados pelo Autor na petição inicial, hipótese em que o bem será mantido em seu poder livre do ônus fiduciário. Advertência: 1. Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial, com a nomeação de curador especial (art. 344, c/c art. 257, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015). 2. Não sendo paga integralmente a dívida no prazo acima indicado, consolidar-se-á a propriedade plena e exclusiva do bem no patrimônio do Autor. Observação: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam. A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado. Objeto da ação: Veiculo marca RENAULT modelo KWID ZEN 10MT, ano fabricação 2020, chassi 93YRBB00XMJ469030, placa QYK1E55, cor BRANCA e RENAVAM nº 01234748654. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros. RECIFE, 31 de janeiro de 2025.

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.
VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!



Solicite uma proposta comercial:
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br
DIARIOdePERNAMBUCO



Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250401

Eufrázio



por Beto Lago

Diario esportivo

betolagoipojuca@gmail.com

Caminhada difícil

À medida que se aproxima o início da Série C, a preocupação em torno do desempenho do Náutico e do Retrô se torna cada vez mais evidente. O Náutico, em especial, enfrenta um cenário desafiador, com poucas contratações e a desconfiança do seu torcedor. Após uma eliminação nas quartas do Pernambucano, a equipe precisa de reforços para enfrentar os adversários com melhor chance. Já o Retrô, que entra em campo amanhã para a segunda partida da decisão contra o Sport, trouxe contratações pontuais para fortalecer seu elenco e vem com o experiente técnico Milton Mendes. Analisando a concorrência, clubes como Guarani e Ponte Preta, apesar das tradições, não mostraram um desempenho no Estadual, parando na primeira fase. O São Bernardo, que chegou até as quartas contra o Palmeiras, pode ser a surpresa, e o Ituano não conseguiu subir, permanecendo na A2 do Paulista. Os times de Santa Catarina, Figueirense e Brusque, foram eliminados nas quartas, enquanto no Paraná, o Maringá perdeu o título e o Londrina parou nas semifinais. Ambos pelo campeão Operário. É fundamental atenção para Anápolis, ABC e Botafogo/PB, todos vice-campeões em suas competições. O futebol sergipano se apresenta forte com o Confiança, campeão, e o Itabaiana, vice. Tombense/MG e CSA caíram nas semifinais, enquanto os gaúchos enfrentam situações distintas: o Caxias foi até a semifinal e o Ypiranga ficou na primeira fase. O Floresta, único representante cearense, enfrentou dificuldades para escapar do rebaixamento. O que torna essa competição ainda mais desafiadora é que muitos desses clubes estiveram em campo até o último fim de semana, o que lhes confere um ritmo de jogo mais avançado. Portanto, é imperativo que tanto o Náutico quanto o Retrô se preparem bem, pois a Série C promete ser uma das mais difíceis da história.

Plano de pagamento da RJ Coral

Esperando pela assinatura da SAF, prevista para ocorrer em um prazo de 90 dias, como afirmou o presidente Bruno Rodrigues, mas temos outra pauta necessária, que é a recuperação judicial, que irá garantir um futuro estável ao Santa Cruz. O plano de pagamento já foi submetido ao juiz, e, se aprovado, será possível iniciar discussões com os credores.

Ainda é cedo

Sempre falei que seria necessário aguardar, pelo menos, cinco ou seis jogos do Sport para formar uma análise mais precisa sobre o que esperar da equipe na Série A. Porém, alguns fatores devem ser considerados: o Brasileiro deste ano terá uma pausa na 12ª rodada e a questão da janela de transferência, importante para clubes com maior poder financeiro, que podem se reforçar com jogadores do exterior ou quem se destacar na Série B.

Aguardando as respostas

Em relação ao Consórcio Timbu, todos os questionamentos dos conselheiros sobre a proposta vinculante foram encaminhados aos investidores. Agora, é aguardar as respostas para que uma nova reunião possa ser agendada.

Direção debate polêmica nas redes

Santa Cruz está conversando internamente e avaliando as ameaças que Thiago Galhardo fez em resposta a um post de um influencer

PAULO MOTA

A diretoria do Santa Cruz está debatendo internamente a polêmica envolvendo o atacante Thiago Galhardo, que ameaçou um torcedor do Sport que trabalha com produção de conteúdo para as redes sociais. O jogador respondeu de forma agressiva a uma provocação no Instagram, em que o influencer Tiago Domingues ironizava a possível contratação de Gabriel Galhardo, irmão de Thiago, pelo clube tricolor. Na publicação, ele mencionava os pais dos atletas, o que motivou a reação.

"Quem souber o endereço desse m..., me avisa. Quero ver se ele é 'homem' de falar alguma coisa da minha mãe ou do meu irmão na minha cara. Você é um m... #Recompensa", escreveu Thiago Galhardo.

O influencer chegou a pedir desculpas depois. Mas a postura do jogador gerou repercussão entre os torcedores e preocupação dentro do Santa Cruz. Segundo apuração, a diretoria do clube está avaliando a situação e discutindo possíveis medidas em relação ao caso.

Thiago Galhardo é a principal contratação do Santa Cruz para a disputa da Série D. No último sábado, ele foi relacionado para o amistoso contra o ASA-AL, mas não entrou em campo devido a um incômodo no púbis. A equipe coral acabou derrotada por 2 a 0 na partida. Desde sua chegada, ele fez dois jogos.

RAFAEL VIERA/DP FOTO



Torcedor do Sport citou os pais de Galhardo em um post



PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA / EMLURB -
AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025 – GC-002/EMLURB – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E SERVIÇOS GRÁFICOS, DISTRIBUÍDOS EM 03 (TRÊS) LOTES. ABERTURA DAS PROPOSTAS: **16/04/2025** às **09h00min** e DISPUTA: **16/04/2025** às **10h00min.** O valor global máximo admitido para esta licitação é de **R$ 318.070,83 (trezentos e dezoito mil setenta reais e oitenta e três centavos).** O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: http//www.recife.pe.gov.br/portalcompras/ e www.licitardigital.com.br. Recife, 31 de Março de 2025. Heraclio Tavares de Melo – **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUITINGA -PE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025 Processo Nº: 022/2025. SRP. Compra. Tipo menor preço. Licitação exclusiva para ME/EPP, Registro de preço com validade de 12 (doze) meses para a Contratação de empresa (s) para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, perecíveis e não perecíveis, destinados à merenda escolar do município de Itaquitinga - PE.. Valor: **R$** 3.146.029,3400 **(Três milhões cento e quarenta e seis mil, vinte e nove reais e trinta e quatro centavos)**.Abertura da sessão pública: 9:00 horas do dia 14 de abril de 2025. Inicio da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. No site www.comprasnet.gov.br. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço eletrônico da sessão de abertura; pelos endereços eletrônicos: https://transparencia.itaquitinga.pe.gov.br/portal/v81/indexent/indexent.php?entidade=383&idoc=lic. www.gov.br/pncp, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis.

Itaquitinga, 31 de março de 2025
LÚCIO FERNANDO DE ARAUJO AGUIAR
Pregoeiro Oficial.(*)(**)

MUNICÍPIO DE ANGELIM/PE
CNPJ 10.130.755/0001-64
AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Nº 001/2025-PMA; Processo Licitatório nº 008/2025-PMA. Objeto: contratação de empresa de engenharia para executar os serviços de CONCLUSÃO DA ESCOLA DE 06 SALAS DE AULA, na Zona Rural de Angelim - PE. **Valor Máximo Admitido: R$ 481.692,17 (quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e dezessete centavos). Início do recebimento de propostas: 03/04/2024 às 09:00h. Limite para recebimento das propostas: 22/04/2025 às 09:00h. Abertura da sessão pública de lances: 22/04/2025 às 10:00h (HORÁRIOS DE BRASÍLIA).** Edital disponível nos **sites:** https://bnccompras.com/, no Portal da Transparência Municipal: www.angelim.pe.gov.br/, pelo e-mail: licitação.angelim@gmail.com, ou ainda, na Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Cônego Carlos Fraga, s/nº, Centro, Angelim/PE. Fone: (87) 99656-9712.

Djane Maria Silva
Secretária de Educação

EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE

MINISTÉRIO DA **DEFESA**

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90012/2025 – UASG 160199

Nº Processo: 64583.001194/2025-04 Objeto: Registro de preços para eventual **aquisição de gases medicinais (Oxigênio medicinal, Nitrogênio gasoso, Óxido Nitroso e Dióxido de Carbono) de forma PARCELADA, e com cessão de recipientes em regime de comodato**, do Hospital Militar de Área do Recife - HMAR : 11 Itens. Entrega de Edital: a partir de 26/03/2025 no site www.comprasgovernamentais.gov.br ou no endereço: H. M. A. R. – Rua do Hospício, 563 – CEP 50.050-050 – Boa Vista – RECIFE – PE. Data para Cadastramento das Propostas: a partir de 26/03/2025 às 08h00 até 07/042025 às 08h59 (horário de Brasília) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Abertura da sessão pública eletrônica será no dia 07/04/2025, a partir das 09h00 (horário de Brasília) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Os interessados poderão obter outras informações na Seção de Licitação e Contratos, pelo telefone/fax (81) 2123-4841 e/ou correio eletrônico (e-mail) licitacao.hmar2021@gmail.com.

ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL – CEL
Ordenadora de Despesas do HMAR.

TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

CNPJ nº 10.502.676/0001-37

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "Pernambuco III"). O presente Relatório da Administração cumpre a exigência da Lei 6.404/76 e é apresentado de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais. O presente Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as Demonstrações Financeiras. As informações estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. Efeitos de arredondamentos podem causar diferenças nas variações percentuais, quando comparadas às Demonstrações Financeiras, apresentadas em reais mil.

Destaques do Exercício (em R$ mil)

	2024	2023	Δ R$
Receita operacional líquida	192,0	170,9	12%
Lucro Bruto	**69,1**	**57,5**	**20%**
Margem bruta	36%	34%	*02 p.p.*
EBITDA	103,8	89,5	*16%*
Prejuízo do período	(42,7)	(111,6)	*-62%*

Desempenho Operacional: O ano de 2024 registrou a maior expansão da história na matriz energética brasileira. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), essa é a maior expansão histórica desde o início da medição em 1997, encerrando o ano de 2024 com um acréscimo de 10.853 MW* de potência fiscalizada no sistema. Ainda de acordo com a ANEEL, em 2024, o sistema brasileiro de energia, quebrou um recorde quanto a novas usinas, totalizando 301 novas plantas em 16 estados brasileiros, sendo que desse total, 22 são novas usinas termelétricas injetando assim 906,7MW* ao sistema interligado nacional ("SIN"). Em relação ao consumo de energia do país, segundo a resenha mensal do mercado de Energia Elétrica publicada pela EPE em janeiro de 2025 referente a dezembro de 2024, o consumo em 2024 atingiu 560.219 GW*, uma alta de 5,3% em comparação com 2023, consolidando o aumento expressivo no consumo de energia. Em relação ao comportamento de consumo por regiões geográficas, o Norte, Sul e o Centro-Oeste se destacaram, apresentando um aumento de 6,9%, 6,1% e 5,4%, respectivamente de consumo de energia no país, puxado principalmente pela alta no consumo residencial. As inundações do Rio Grande do Sul registraram alta de consumo de energia no término do ano, confirmando a retomada da normalidade das atividades da região após as fortes chuvas e inundações da região. Em relação a tarifa de energia, de acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) publicado pelo IBGE em 27 de dezembro de 2024, a tarifa de energia elétrica residencial acumulou alta de 1,37% no Brasil em 2024, influenciado pela bandeira tarifária amarela e vermelha em 4 meses de 2024. A escassez das chuvas em 2024 levou a redução dos níveis dos reservatórios brasileiros o que forçou no acionamento das usinas termelétricas do Sistema Interligado Nacional ("SIN").

Frente ao cenário exposto acima, a Pernambuco III fez frente a geração de energia ao SIN no exercício de 2024, o total de 33.385 MWh* (17.484 MWh* em 2023), em relação à disponibilidade de motores, a Pernambuco III encerrou o exercício de 2024 com todos os motores (23) aptos a operar. *Informação não financeira não auditada: **Saúde, Segurança e Meio Ambiente:** A Companhia entende que todos os acidentes podem e devem ser evitados, e que a excelência na busca de ambientes mais seguros e colaboradores conscientes de suas responsabilidades sociais e ambientais, são metas permanentes da Administração.

Em 2024 a Pernambuco III encerrou o ano com 35 dias sem acidentes com afastamento. Em novembro de 2024 houve o registro de um acidente com afastamento. A Segurança de todos é um valor inegociável para a Companhia, e ao longo dos últimos anos a Administração reforça o seu compromisso com o esforço e engajamento para que os processos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente sejam revisados e melhorados continuamente. **Compliance:** A Administração da Companhia conta com uma estrutura de Compliance, que entre outros objetivos, busca assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação e o fortalecimento do sistema de controles internos, procurando mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e, ainda, disseminar a cultura de controles para o cumprimento das leis, contribuindo, desta forma, para o crescimento da percepção externa de valor de sua Governança Corporativa.

Jurídico/Regulatório: A Companhia possui liminar judicial vigente que suspende a cobrança de penalidades pela ANEEL e CCEE. No entanto, tendo em vista o caráter precário da liminar, tal entidade segue contabilizando as penalidades, as quais, se aplicadas, não há viabilidade de pagamento diante do fluxo de caixa da controlada. No exercício de 2024 a Companhia atuou de forma tempestiva para manter tal liminar em vigor, porém, diante da precariedade, a classificação de risco de perda é possível.

Desempenho Econômico-Financeiro

	2024	2023	Δ R$	Δ %
Fixa	183,9	175,5	8,4	5%
Variável	30,4	15,4	15,0	97%
Energia de curto prazo MCP	0,2	0,1	0,1	100%
Receita operacional bruta	**214,5**	**191,0**	**23,5**	**12%**
(–) Deduções s/Receita	**(22,5)**	**(20,1)**	**(2,4)**	**12%**
(–) PIS/COFINS	(19,8)	(17,7)	(2,1)	12%
(–) Pesquisa e desenvolvimento	(1,9)	(1,7)	(0,2)	12%
(–) Encargos setoriais	(0,8)	(0,7)	(0,1)	14%
Receita operacional líquida	**192,0**	**170,9**	**21,1**	**12%**
(–) Custo operacionais	(122,9)	(113,4)	(9,5)	8%
Lucro Bruto	**69,1**	**57,5**	**11,6**	**20%**
Margem bruta	***36%***	***34%***		***02 p.p.***
Despesas gerais e administrativas	(5,4)	(8,2)	2,8	-34%
Outras (despesas) e receitas	0,2	0,2	(0,0)	-21%
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	**63,8**	**49,5**	**14,3**	**29%**
Receitas financeiras	1,7	3,8	(2,1)	-55%
Despesas financeiras	(108,2)	(164,9)	56,7	-34%
Resultado financeiro líquido	**(106,5)**	**(161,1)**	**54,6**	**-34%**
Prejuízo antes do IR e CS	**(42,7)**	**(111,6)**	**68,9**	**-62%**
Prejuízo líquido do exercício	**(42,7)**	**(111,6)**	**68,9**	**-62%**

Receita Operacional Bruta: A Companhia encerrou o ano de 2024 com uma receita operacional bruta de R$ 214,5 milhões, frente a R$ 191,0 milhões em 2023, uma variação de R$ 23,5 milhões ou +12%, decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 8,4 milhões na parcela da receita fixa, decorrente do reajuste anual no preço de energia pelo IPCA e (ii) aumento de R$ 15,0 milhões na receita variável decorrente da ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) em 2024. **Receita Operacional Líquida:** Em relação à receita operacional líquida, a Companhia encerrou o ano de 2024 em R$ 192,0 milhões frente a R$ 170,9 milhões em 2023, um aumento de R$ 21,1 milhões ou +12% impactado principalmente pela receita variável decorrente da ocorrência de despachos ordenados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). **Custos Operacionais:** A Companhia encerrou o exercício de 2024 com os custos operacionais no patamar de R$ (122,9) milhões, um aumento de R$ (9,5) milhões ou +8% frente ao montante de R$ (113,4) milhões registrado em 2023. Essa variação se deve aos aumentos pontuais ocorridos nas rubricas de custos da Companhia, sendo elas: (i) aumento na utilização de combustível de R$ 12,3 milhões para fazer frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional (SIN) no total de 33.385 MWh no período, e (ii) redução de aluguéis de tanques R$5 milhões. **Despesas Gerais e Administrativas:** A rubrica de despesa gerais e administrativas da Companhia registrou uma variação de R$ 2,8 milhões entre exercícios (R$ 5,4 milhões em 2024 ante R$ 8,2 milhões em 2023) atribuível principalmente à redução de R$ 2,6 milhões de serviços terceiros entre exercícios. **EBITDA:** Em 2024 a Companhia atingiu EBITDA de R$ 103,8 milhões frente a R$ 89,5 milhões em 2023, uma variação nominal de R$ 14,3 milhões entre exercícios. A melhora do EBITDA da Companhia se dá em razão do aumento das receitas variáveis nos períodos fruto dos despachos ordenados pelo ONS, e pela redução das despesas financeiras, fruto da repactuação das debêntures ocorrida no exercício de 2023. **Endividamento:** A Companhia encerrou o ano de 2024 com um endividamento bruto consolidado, no valor de R$ 887,3 milhões, montante 15,4% maior ao saldo registrado em dezembro de 2023 de R$ 871,8 milhões. O saldo de empréstimos e debêntures em 2024 apresentou uma variação nominal de R$ 15,4 milhões em relação a 2023. Já em termos de caixa e disponibilidades, a Companhia encerrou 2024 com um saldo de R$ 13 milhões versus R$ 2,6 milhões em 2023, uma variação nominal de R$ 10,4 milhões, resultando em uma dívida líquida no exercício de 2024 de R$ 874,3 milhões. A alavancagem da Companhia atingiu 8x, calculado através da razão entre a dívida líquida pelo EBITDA dos últimos 12 meses. **Debêntures:** Em 31 de dezembro de 2024 o saldo devedor das debêntures da Pernambuco III era de R$ 738,2 milhões (R$ 725,6 milhões em 31 de dezembro de 2023), sendo contabilizado no passivo circulante R$ 62,0 milhões e R$ 676,2 no passivo não circulante (em 31 de dezembro de 2023 no passivo circulante R$ 42,9 milhões e R$ 682,7 no passivo não circulante).Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures da Companhia ocorrido em 01 de setembro de 2017 e a reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures. **Empréstimos:** Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário nº 1011161000005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A. (Escritura de Emissão). Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizado Multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário nº 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB). Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas "Tranche A", "Tranche B" e "Tranche C", respectivamente (em conjunto, as "Tranches"), as quais serão pagas segundo critérios distintos. **Declaração dos Diretores:** Os Diretores da Termelétrica Pernambuco III S.A. declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e com a opinião expressa no parecer de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. **Aviso Legal:** Esse relatório foi preparado tendo como objetivo indicar e explanar a situação atual e o andamento dos negócios da Companhia. Este documento é de propriedade da Termelétrica Pernambuco III S.A. e não poderá ser utilizado, para qualquer outro fim, sem a prévia autorização. As informações contidas neste documento, refletem as atuais condições e os entendimentos da Administração até a presente data, estando sujeitas a alterações. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão notabilizados neste documento e nas Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia encontra-se à disposição para eventuais dúvidas através do e-mail: ri@utepeiii.com.br ou através do telefone +55 (11) 4130-3855.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Ativo/Circulante		**115.661**	**105.906**
Caixa e equivalentes de caixa	3	12.979	2.628
Contas a receber	4	25.300	38.025
Tributos a recuperar	5	1.974	1.567
Estoques	6	53.042	34.485
Depósitos vinculados - contas reserva	7	11.103	9.210
Despesas antecipadas		124	162
Adiantamento a fornecedores	8	11.139	19.829
Ativo não circulante		**163.438**	**203.578**
Depósitos judiciais		353	332
Partes relacionadas	9	36.271	36.272
Imobilizado	10	124.711	163.791
Direito de uso - Arrendamento Mercantil	11	2.103	3.183
Total do ativo		**279.099**	**309.484**

Balanços Patrimoniais	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Passivo/Circulante		**115.051**	**232.615**
Fornecedores	12	36.658	37.111
Obrigações tributárias	13	2.431	3.158
Obrigações sociais e trabalhistas		1.152	1.167
Debêntures	14	62.032	42.926
Empréstimos e financiamentos	15	9.951	146.226
Passivo de arrendamento	11	1.703	1.593
Pesquisa e desenvolvimento	16	1.124	434
Passivo não circulante		**918.949**	**789.083**
Fornecedores	12	12.289	19.038
Partes relacionadas	9	52.680	50.207
Debêntures	14	676.209	682.689
Passivo de arrendamento	11	1.703	3.187
Empréstimos e financiamentos	15	139.059	–
Pesquisa e desenvolvimento	16	37.009	33.962
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**(754.901)**	**(712.214)**
Capital social	18	171.047	171.047
Prejuízos acumulados		(925.948)	(883.261)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**279.099**	**309.484**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de caixa proveniente das operações			
Prejuízo antes do IR e da CS		**(42.687)**	**(111.627)**
Atualização de empréstimos	15	15.339	12.558
Atualização de debêntures	14	70.749	130.876
Atualização de arrendamento	11	307	838
Provisão para Pesquisa & Desenvolvimento	16	1.945	1.718
Encargos financeiros sobre P&D	16	4.051	3.722
Amortização do custo de transação das debêntures	14	2.397	1.539
Amortização Arrendamento	11	1.080	863
Depreciação	10	39.314	39.262
		92.495	**79.749**
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber	4	12.725	(16.952)
Tributos a recuperar	5	(407)	(221)
Estoques	6	(18.557)	(6.311)
Depósitos vinculados - contas reserva	7	(1.893)	2.690
Despesas antecipadas		38	18
Adiantamento a fornecedores		8.690	(1.434)
Depósitos judiciais		(21)	(32)
		575	**(22.242)**
Aumento (redução) nos passivos			
Obrigações tributárias	13	(727)	(1.622)
Fornecedores	12	(7.202)	4.305
Obrigações sociais e trabalhistas		(15)	156
Pesquisa e desenvolvimento	16	(2.259)	(1.065)
Serviços compartilhados	9	2.473	2.330
Custo transação debêntures - provisão		107	(2.334)
		(7.623)	**1.770**
Pagamento de debêntures (juros)	14	(60.627)	(56.581)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (juros)	15	(12.555)	–
		(73.182)	**(56.581)**
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**12.265**	**2.696**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos			
Recebimento de empréstimo com partes relacionadas	9	1	–
Compra de imobilizado	10	(234)	(83)
Transferências imobilizado	10	–	27
Caixa líquido consumido (gerado) pelas atividades de investimentos		**(233)**	**(56)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento			
Pagamento arrendamento mercantil	11	(1.681)	(1.614)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos		**(1.681)**	**(1.614)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**10.351**	**1.026**
Saldo no início do exercício	3	2.628	1.602
Saldo no final do exercício	3	12.979	2.628
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**10.351**	**1.026**

Demonstrações do Valor Adicionado	31.12.2024	31.12.2023
Receitas	**214.484**	**190.960**
Venda de energia	214.479	190.956
Outras receitas	5	4
Insumos adquiridos de terceiros	**(61.151)**	**(50.451)**
Custo de venda de energia	(46.372)	(31.693)
Serviços de terceiros	(8.257)	(12.133)
Materiais e outros	(6.522)	(6.625)
Valor adicionado bruto	**153.333**	**140.509**
Depreciação e amortização	(40.393)	(40.124)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**112.940**	**100.385**
Valor adicionado recebido em transferência	**1.701**	**3.788**
Receitas financeiras	1.701	3.788
Valor adicionado a distribuir	**114.641**	**104.173**
Valor adicionado distribuído	**114.641**	**104.173**
Pessoal	**11.639**	**10.473**
Remuneração direta	7.986	7.362
FGTS	564	522
Benefícios	3.089	2.589
Tributos	**20.250**	**17.260**
Federais	20.250	17.260
Remuneração de capitais de terceiros	**125.439**	**188.067**
Aluguéis	17.255	23.204
Despesas financeiras	108.184	164.863
Remuneração de capitais próprios	**(42.687)**	**(111.627)**
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)

Demonstrações dos Resultados	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional líquida	20	**191.953**	**170.884**
Custos operacionais	21	(122.888)	(113.420)
Lucro bruto		**69.065**	**57.464**
Outras receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	22	(5.429)	(8.219)
Outras receitas (despesas), líquidas	22	160	203
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(5.269)**	**(8.016)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**63.796**	**49.448**
Receitas financeiras	23	1.701	3.788
Despesas financeiras	23	(108.184)	(164.863)
Resultado financeiro, líquido		**(106.483)**	**(161.075)**
Prejuízo antes do IR e de CS		**(42.687)**	**(111.627)**
Prejuízo do exercício		**(42.687)**	**(111.627)**
Prejuízo básico e diluído por ação (em reais)		(1,63)	(4,27)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido(passivo a descoberto)	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**171.047**	**(771.634)**	**(600.587)**
Prejuízo do exercício	–	(111.627)	(111.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**171.047**	**(883.261)**	**(712.214)**
Prejuízo do exercício	–	(42.687)	(42.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**171.047**	**(925.948)**	**(754.901)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)
Resultado abrangente total	**(42.687)**	**(111.627)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia" ou "PIII") é uma sociedade por ações de capital aberto, "Categoria B", nos termos da Instrução CVM nº 480 e alterações posteriores, com sede em Igarassu/PE - Brasil, cujo objeto específico **é** de geração de energia elétrica de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica. A Companhia possui autorização para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco III, localizada no município de Igarassu, Estado de Pernambuco, constituída de vinte e três unidades geradoras de 8,73 MW (*) cada, totalizando 200,79 MW (*) de capacidade instalada. O início da operação da Companhia ocorreu em dezembro de 2013 e possui autorização para a exploração pelo período de 35 anos, findando em 2 de julho de 2044. Em 14 de julho de 2014, a integralidade das ações da Companhia foi incorporada pela Mesa Participações S.A., Companhia também é controlada pela Bolognesi Energia S.A. No exercício de 2024, a Companhia fez frente à geração de energia ao Sistema Integrado Nacional ("SIN") no total de 33.385 MWh (*), (17.484 MWh (*) em 2023). (*) Informação não financeira não auditada.

a) Continuidade operacional: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo de R$ 610 e (R$ 126.709, em 31 de dezembro de 2023 negativo), prejuízos acumulados de R$ 925.948 (R$ 883.261, em 31 de dezembro de 2023) patrimônio líquido (passivo a descoberto) de R$ 754.901 (R$ 712.214 em 31 de dezembro de 2023), em virtude do saldo das debêntures, obrigações financeiras e débitos perante fornecedores. Em 12 de dezembro de 2023, foi aprovada, por 91,07% das debêntures em circulação, a sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado das debêntures, o que corrobora o sucesso da Administração na renegociação de seus passivos junto aos credores financeiros. Em 08 de março de 2024, a Companhia Firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário nº 1011161000005600 (CCB). O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores.

b) Processo de arbitragem - Reorganização Financeira Multiner S.A.: Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner e seus cotistas o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"). Em dezembro de 2017, foi instaurada arbitragem que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização entre os acionistas da Multiner S.A. (Brasilterm Energia e Bolognesi Energia, como Requerentes, e FIP Multiner e seus cotistas, como Requeridos), incluindo, mas não se limitando, ao pedido de inexigibilidade de certas dívidas assumidas pelos Requerentes. Em abril de 2022, houve sentença final definitiva, bem como a determinação de execução específica do Contrato de Reorganização, com obrigação de aporte por parte dos Requerentes, na forma prevista no Contrato de Reorganização. A sentença arbitral definitiva, que está sob sigilo, determina de maneira geral o cumprimento do Contrato de Reorganização, incluindo, mas não se limitando a, (i) a inexigibilidade de determinados créditos conversíveis (Cédulas Créditos Bancários) e dívidas (mútuos) entre a Multiner e algumas Partes relacionadas, até que haja a respectiva compensação entre si, seja por meio de conversão em capital ou outra forma ajustada entre as Partes, bem como (ii) a obrigação de aportes na Multiner pelo acionista Bolognesi e Brasilterm Energia, dentre outros. Em agosto de 2022, as partes firmaram o "Termo de Compromisso para Suspensão Temporária de Demandas" ("Termo de Compromisso") no qual as partes assumiram o compromisso recíproco de (i) não praticar, durante a vigência do referido instrumento, quaisquer atos, medidas judiciais, extrajudiciais ou arbitrais que visem a discutir ou exigir o cumprimento da Sentença Arbitral; e (ii) envidar seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, abrangendo as demandas e/ou disputas entre as partes. Em Assembleia Geral de Cotistas, Multiner Fundo de Investimento em Participações ("FIP") iniciada em 07 de agosto de 2023 e encerrada em 19 de janeiro de 2024, aprovaram a celebração pelo FIP do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças com o Grupo Bolognesi, para fins de implementar o encerramento das relações societárias creditícias e de qualquer outra natureza estabelecidas entre o Grupo Bolognesi, de um lado, e o FIP, de outro, no âmbito do grupo Multiner e MESA. Em 11 de abril de 2024, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, para fins de buscar a construção de uma solução extrajudicial que implementará o objetivo atual do FIP de desinvestimento estruturado na Multiner, com a consequente suspensão de toda e qualquer demanda judicial, arbitral ou extrajudicial entre as partes pelo prazo de 180 dias, prorrogáveis por mais 90 dias, sendo certo que o FIP realizou a contratação pelo Fundo de assessores jurídicos, técnicos e financeiros para esta transação. O Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças contém diligências em andamento pelas partes da assinatura até o fechamento. Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025. Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2º aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

c) Programa de Compliance da Companhia: A Administração da Companhia, em consonância com a Lei nº 12.846/13, estruturou o seu Programa de Integridade, que estabelece um conjunto de ações preventivas, de monitoramento e controle, visando aprimorar o conjunto de boas práticas adotadas para o fortalecimento da governança corporativa, assim como a devida adequação dos processos internos, para melhoria da eficiência na prevenção de fraudes. Com esse objetivo, no final de 2016, foi criada a área de Compliance, que a partir do *report* direto à alta direção da Companhia, é responsável pela supervisão das atividades de controle, a avaliação da eficácia destes, a aplicação de testes sobre os pontos de controles internos, a condução do processo de auditora interna, além do acompanhamento do processo de remediação dos problemas identificados. Por outro lado, a Companhia vem sempre atualizando suas políticas, estabelecendo rotinas de controle de processos e normas gerais de funcionamento de diversas atividades, de forma a definir seus objetivos de controle, avaliando a efetividade da estrutura de controle criada e a operacionalidade desta. Atenta às necessidades de melhoria nos processos, vem fortalecendo a supervisão do Relacionamento com Fornecedores, adotando prévia análise destes. Adicionalmente, vem instituindo mecanismos que possibilitam detectar eventuais falhas nos processos e estabelecendo plano de ações para sua melhoria contínua. Destaca-se, no plano geral, dentro do Programa de Integridade, a implantação do Código de Conduta Ética e Profissional, que têm por objetivo prevenir, detectar e evitar irregularidades praticadas contra a Companhia ou contra terceiros, assegurando que as relações com os stakeholders, colaboradores, clientes e fornecedores sejam conduzidos com ética e transparência. A Companhia também conta, desde abril de 2020, com o Canal da Ética. Trata-se de um serviço de comunicação independente, por meio do qual é possível registrar relatos sobre ações e condutas que não estão em conformidade com o Código de Conduta Ética e Profissional da Companhia. As informações relatadas são recebidas por uma empresa independente, o que garante o sigilo e tratamento adequado dos relatos e, depois, encaminhados à área de Compliance para o processo de investigação, conforme delegação do Conselho. Em complemento à estrutura do Canal da Ética, a Companhia possui um Comitê de Ética, formado por representantes de diferentes áreas, o qual tem como responsabilidades a análise dos resultados das investigações, a aplicação de medidas corretivas, no que couber, assim como a atualização do próprio Código de Conduta Ética e Profissional. O acesso ao Canal da Ética pode ser realizado via site: www.aloetica.com.br/bolognesienergia. ou, ainda o e-mail: bolognesienergia@aloetica.com.br, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias da semana. Como alternativa, a Companhia oferece acesso ao Canal da Ética, pelo telefone 0800 000 1388, com atendimento pelo operador, nos dias úteis, das 9hs às 17hs, fora desse horário, o manifestante poderá fazer seu relato por meio de mensagem gravada.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, designados pelo valor justo por meio de resultado. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2025. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base dos balanços. **c) Informação por segmento:** A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio de origem térmica, à base de óleo combustível, e o comércio de energia elétrica, na condição de produtor independente, mediante implantação e exploração da Usina Termelétrica Pernambuco IIII. Sendo assim, a Administração da Companhia, responsável por revisar regularmente as demonstrações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da empresa, não se utiliza de informações por segmento para suas análises. **d) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. **ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 24. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos. **e) *Impairment* de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, tais como frete, tributos e armazenamento. **g) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. A depreciação é calculada com base na vida útil estimada dos bens. Considerando que a Companhia espera utilizar os ativos enquanto houver contrato de venda de energia de longo prazo - PPA, a vida útil estimada está limitada a 2027, quando se encerra esse contrato. **ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **h) Provisão para pesquisa e desenvolvimento:** Os encargos destinados a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D") estão estabelecidos na Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, e regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. O P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), afim de custear os estudos e pesquisas de planejamento e expansão do sistema energético, bem como, os estudos de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais elétricos. **i) Fornecedores:** Os valores a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores a pagar são apresentados como passivo não circulante. Eles são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento. **j) Partes relacionadas:** Referem-se a operações com partes relacionadas decorrentes principalmente de suporte financeiro recebido pela Companhia em decorrência de sua baixa liquidez ou estoque em poder de terceiros (Nota Explicativa nº 9). **k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2024, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos. A Companhia não constituiu no exercício de 2024 o montante de R$ 40.126 referente a prejuízo fiscal e base negativa de cálculo da contribuição social de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. **l) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados por meio de leilões de energia e preveem o fornecimento de uma determinada quantidade de energia por um determinado período, geralmente por vários anos. Os valores a serem faturados mensalmente são preestabelecidos nos contratos de energia reserva (receita fixa) e sob demanda da ONS (receita variável). A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. **m) Impostos sobre receita:** As receitas de vendas estão sujeitas a 1,65% de PIS - Programa de Integração Social e a 7,6% de Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

continua→★

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

2.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possam provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro estão divulgadas a seguir. **a) Vida útil e valor recuperável dos ativos não financeiros (Nota Explicativa nº 10):** O imobilizado é depreciado durante sua vida útil econômica, levando em consideração a taxa de depreciação estabelecida pela Aneel e limitada ao período do PPA, período em que a Companhia espera utilizar os ativos, de acordo com as melhores estimativas da Administração. A cada data de reporte, a Administração analisa e avalia indicadores de *"impairment"* dos ativos, com base no seu julgamento, experiência e dados de mercado. **b) Reconhecimento de provisão para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 17):** A Companhia utiliza a opinião dos assessores jurídicos para constituir provisão sobre passivos contingentes. Os processos são avaliados mensalmente e as provisões são reconhecidas quando é provável o desembolso de caixas futuro, sendo realizada análise individual dos processos.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Bancos - conta corrente	55	230
Aplicações financeiras (i)	12.924	2.398
Total	**12.979**	**2.628**

O saldo apresentado em Caixa e equivalente de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 12.979 (R$ 2.628 em 31 de dezembro de 2023); e (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento com o próprio emissor, sem risco significativo de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100,67% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

4. Contas a receber:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Suprimento de energia	25.300	37.994
Energia de curto prazo - CCEE	–	31
Total	**25.300**	**38.025**

O saldo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 25.300 (R$ 38.025 em 31 de dezembro de 2023), decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do Operador Nacional do Sistema Elétrico ONS (parcela de receita variável). Para estes recebíveis, não foi necessário o registro de perda esperada com créditos. A variação do saldo de contas a receber se deu em razão da receita variável decorrente da geração de energia ocorrida no exercício de 2023. O saldo de contas a receber advém do suprimento de energia elétrica aos clientes da Companhia, cujo prazo médio de recebimento é de até 30 dias.

5. Tributos a recuperar:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
IRPJ	355	355
IRRF	730	458
CSLL	157	157
PIS/COFINS	732	568
Outros	–	29
Total	**1.974**	**1.567**

Os valores constantes em tributos a recuperar são oriundos da retenção de IRRF sobre os resgates de aplicação financeira e PIS e COFINS sobre compra de óleo combustível e compra de materiais, na alíquota total de 9,25%, além de IRPJ e CSLL.

6. Estoques:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Óleo combustível pesado (HFO - *Heavy Fuel Oil*) (i)	43.145	24.821
Peças para manutenção	9.701	9.459
Estoque de peças em poder de terceiros	196	205
Total	**53.042**	**34.485**

(i) Refere-se a óleo combustível HFO (*"Heavy Fuel Oil"*) que é utilizado nos motores da operação de geração de energia.

7. Depósitos vinculados - contas reserva: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrado em seu balanço patrimonial o montante de R$ 11.103 (R$ 9.210 em 31 de dezembro de 2023), referente à conta de depósitos vinculados que está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. A estrutura das contas é a seguinte:

	31.12.2024	**31.12.2023**
Conta centralizadora (a)	7.582	5.948
Contas de provisionamento e reserva de serviço de dívida (b)	–	14
Conta reserva garantia (ONS) (c)	3.516	2.933
Conta escrow (BP North) (d)	5	315
Total	**11.103**	**9.210**

(a) conta centralizadora: Após a declaração de vencimento antecipado das debêntures em 1º de setembro de 2017, a movimentação das contas tornou-se possível em função de decisão de Tutela antecipada, em 14 de setembro e 17 de outubro de 2017, determinando que o Agente Fiduciário se abstenha de bloquear os valores recebíveis da Companhia até o limite de R$7,5 milhões por mês, permitindo que a Companhia possa pagar seus funcionários, prestadores de serviços, tributos e insumos, prosseguindo com suas atividades, até deliberação dos debenturistas ou decisão contrária em sede recursal. Em 09 de agosto de 2018, em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") a Companhia e os Debenturistas entraram em acordo de suspensão da ação judicial, e determinaram o compartilhamento dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora na seguinte proporção: **i)** 66,66% (sessenta e seis inteiros e sessenta e seis centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para a PIII; **ii)** 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos) dos valores depositados mensalmente na Conta Centralizadora, oriundos da receita fixa, serão revertidos para os debenturistas, com o objetivo de amortizar o saldo devedor da dívida, observando-se a formação de fundo de despesas; **iii)** No exercício de 2024, o referido acordo permaneceu válido conforme renegociação amigável junto aos credores, conforme deliberação em Assembleia Geral de Debenturista ("AGD"). **(b) Reserva de provisionamento e reserva de serviço de dívida:** A Companhia comprometeu-se a manter seus recursos depositados em contas bancárias, cujos respectivos direitos creditórios referentes às receitas fixas e variáveis dos Contratos de Compra e Venda de Energia que foram concedidos fiduciariamente, respectivamente: (i) ao Agente Financeiro - Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de representante dos debenturistas e em benefício destes, e (ii) ao Banco Itaú-Unibanco S.A., nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. **(c) Conta reserva garantia (ONS):** Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém depositado em conta reserva o montante de R$ 3.516 (R$ 2.933 em 31 de dezembro de 2023). O saldo refere-se ao contrato garantia junto à ONS das obrigações decorrentes de pagamento dos encargos de uso do sistema de transmissão referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST nº 055/2011, a qual o Banco Daycoval S.A. figura como fiador e principal pagador, solidariamente com a Companhia. Dessa forma, o Banco Daycoval, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela Companhia referente ao contrato mencionado, deverá efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, até o limite de R$ 2.353, dentro do prazo de 48 horas. Esta conta está segregada de caixa e equivalentes de caixa por não ter liquidez imediata. **(d) conta escrow BP North:** Refere-se à conta escrow administrada pela BP North em garantia da aquisição de óleo combustível importado R$ 5 em 31 de dezembro de 2024 e (R$ 315 em 31 de dezembro de 2023).

8. Adiantamento a fornecedores:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Pesquisa & desenvolvimento (i)	–	337
Adiantamento a funcionários	71	10
Adiantamento a fornecedores (ii)	11.068	19.482
Total	**11.139**	**19.829**

(i) A Lei nº 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL. Em dezembro de 2024 o projeto foi encerrado (R$ 337 em 31 de dezembro de 2023) representa os montantes investidos pela Companhia em projetos de P&D; (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto de R$ 11.068 é formado principalmente por: R$ 5.578 referente à garantia do frete na aquisição de óleo combustível importado e R$ 4.771 referente à garantia na aquisição de combustível importado, ambos com o fornecedor BP North.

9. Partes relacionadas:

	31.12.2024			**31.12.2023**		
	Empréstimo Ativo	**Serviços Compartilhados a Pagar**	**Empréstimo Passivo**	**Empréstimo Ativo**	**Serviços Compartilhados a Pagar**	**Empréstimo Passivo**
Estoques de terceiros em nosso poder						
Borborema Energética S.A. (i)	205	–	–	205	–	–
	205	**–**	**–**	**205**	**–**	**–**
Partes relacionadas						
Autódromo Energética S.A. (ii) e (iii)	–	861	216	–	861	216
Ben Bioenergia Ger. Com. Energia do Nordeste S.A. (ii)	94	–	–	94	–	–
Boa Fé Energética S.A. (iii)	–	1.940	–	–	1.433	–
Bolognesi Energia S.A. (ii)	–	–	6.060	–	–	6.060
Bolognesi Engenharia (ii)	–	–	–	1	–	–
Borborema Energética S.A. (i) e (iii)	16.227	294	2.963	16.227	273	2.963
Brasilterm Energia S.A. (ii)	–	–	54	–	–	54
Central Energética Palmeiras S.A. (iv)	19.475	–	–	19.475	–	–
Companhia Energética Rio da Prata S.A. (ii)	230	–	–	230	–	–
Criuva Energética S.A. (iii)	–	368	–	–	293	–
Da Ilha Energética S.A. (ii) e (iii)	–	3.197	9	–	1.943	9
Flame Nova Aratu Holdings S.A. (iii)	–	23	–	–	23	–
Hidrotermica Comercializadora S.A. (iii)	–	151	–	–	151	–
Hidrotérmica S.A. (ii) e (iii)	245	1.213	–	245	1.020	–
Maracanaú Geradora de Energia S.A. (iii)	–	602	–	–	576	–
Multiner S.A. (v)	–	–	33.126	–	–	33.126
São Paulo Energética S.A. (ii) e (iii)	–	171	6	–	132	6
Serra Verde Energética S.A. (ii)	–	–	26	–	–	26
Serrana Energética S.A. (iii)	–	414	–	–	293	–
Vêneto Energética S.A. (ii) e (iii)	–	980	6	–	743	6
	36.271	**10.214**	**42.466**	**36.272**	**7.741**	**42.466**
Fornecedores						
Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. (vi)	–	–	2.099	–	–	2.099
	–	**–**	**2.099**	**–**	**–**	**2.099**
Total	**36.476**	**10.214**	**44.565**	**36.477**	**7.741**	**44.565**

	31.12.2024		**31.12.2023**	
	Ativo	**Passivo**	**Ativo**	**Passivo**
Serviços compartilhados	–	10.214	–	7.741
Empréstimos	36.271	42.466	36.272	42.466
Saldo final	**36.271**	**52.680**	**36.272**	**50.207**

(i) A Companhia possui saldo de estoque (R$ 16.227) que se refere a óleo combustível emprestado à parte relacionada Borborema Energética S.A. bem como empréstimos de peças (R$ 205). Durante 2018, a Companhia reavaliou a forma de pagamento da dívida determinando que a devolução será feita pela Borborema através de pagamento e não de devolução do mesmo material; (ii) A Companhia mantém relacionamento de mútuos sem incidência de correção monetária e juros; (iii) Serviços compartilhados: a Companhia e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas em 2021; (iv) O saldo ativo com a sua coligada Central Energética Palmeiras S.A. refere-se à concessão de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL dentro do programa de parcelamento instituído pela Medida Provisória nº 766/17. Em fevereiro de 2021, a sua coligada saldou parcialmente o saldo em aberto no montante de R$ 3.700; (v) O saldo com a Multiner S.A. decorre de contrato de mútuo para o pagamento de despesas, com prazo de vencimento indeterminado e sobre o qual incide juros de 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Após 1º de janeiro de 2018, a Companhia deixou de remunerar o saldo devido à Arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara Ciesp), conforme Nota Explicativa nº 1 (b) - "Processo de arbitragem - Reorganização Financeira"; (vi) A Companhia comercializou energia elétrica com a Hidrotérmica Comercializadora de Energia S.A. no ambiente de contratação livre. Foram vendidos 5,52 megawatts médios de energia elétrica e comprados 14,52 megawatts médios. A energia foi adquirida para recomposição de lastro afim de manter índices de disponibilidade necessários para evitar incidência de penalidades associadas ao cumprimento da garantia física da usina. Dado o momento de reestruturação de dívidas da Companhia, a Administração está avaliando o melhor momento para liquidar os saldos ativos e passivos entre partes relacionadas. **Estrutura de custos compartilhada:** A Companhia, e as demais empresas do Grupo Econômico do qual a Companhia faz parte, compartilham determinadas estruturas e custos administrativos, de modo que esses custos e despesas são repassadas com base nos critérios de rateio definidos entre as empresas. Os contratos de compartilhamento foram firmados e aprovados pela Administração das empresas a partir do ano de 2021. **Remuneração da Administração:** A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi pago o montante de R$ 252 (R$ 344 em 31 de dezembro de 2023) referente às despesas com Administradores e Conselho de Administração, esse montante refere-se integralmente à remuneração fixa, encargos e benefícios (Plano de Saúde, Odontológico e Seguro de Vida).

Movimentação de partes relacionadas:	**Ativo**	**Passivo**
Saldo inicial	**36.272**	**50.207**
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	(1)	–
Serviços compartilhados	–	2.473
Saldo final	**36.271**	**52.680**

10. Imobilizado: a) Composição do saldo:

		31.12.2024			**31.12.2023**
Itens	**Taxa de depre-ciação**	**Custo**	**Depre-ciação acumu-lada**	**Valor residual**	**Valor residual**
Usinas - Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	8,13%	35.656	(26.966)	8.690	11.588
Máquinas e equipamentos	8,79%	414.069	(305.222)	108.847	145.015
Móveis e utensílios	10,22%	137	(96)	41	55
Total imobilizado em serviço		**449.862**	**(332.284)**	**117.578**	**156.658**
Usinas - imobilizado em curso					
Material em depósito		7.133	–	7.133	7.133
Total imobilizado em curso		**7.133**	**–**	**7.133**	**7.133**
Total do Imobilizado		**456.995**	**(332.284)**	**124.711**	**163.791**

b) Mutação do Imobilizado:	**31.12.2023**	**Adições**	**Depreciação**	**31.12.2024**
Usinas - Imobilizado em serviço				
Edificações, obras civis e benfeitorias	11.588	–	(2.898)	8.690
Máquinas e equipamentos	145.015	234	(36.402)	108.847
Móveis e utensílios	55	–	(14)	41
Total imobilizado em serviço	**156.658**	**234**	**(39.314)**	**117.578**
Usinas - imobilizado em curso				
Material em depósito	7.133	–	–	7.133
Total imobilizado em curso	**7.133**	–	–	**7.133**
Total do Imobilizado	**163.791**	**234**	**(39.314)**	**124.711**

A Companhia adota como depreciação o método linear, com base na vida útil estimada dos bens, limitada ao período do *Power Purchase Agreement* (PPA). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou estudo, de acordo com o CPC 01 (R1) / (IAS 36), para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação (teste de *impairment*). As premissas gerais adotadas foram: • Data-base da avaliação: 31 de dezembro de 2024; • Metodologia: método da renda - fluxo de caixa livre para o acionista descontado; • Período de projeção: de 1º janeiro de 2025 até o final do período do *Power Purchase Agreement* - PPA (31/12/2027); • Moeda de projeção: os fluxos de caixa foram projetados em reais (R$) em termos nominais (considerando a inflação); • Taxa de desconto: calculada através da metodologia do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), levando em consideração a estrutura de capital médio. O fluxo de caixa foi descontado pelo Custo do Capital Próprio em termos nominais, chegando-se a uma taxa de desconto de 8,49% para a Companhia; • Ajustes: ativos e passivos não operacionais não foram considerados nas projeções de fluxo de caixa. Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou no período fatores que indiquem a necessidade de ajuste de perdas por *impairment* para a data-base destas demonstrações financeiras em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **11. Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil:** Em atendimento ao CPC 06 (R2)/(IFRS 16), a Companhia reconhece contabilmente os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: **a)** Contrato com um prazo inferior ou igual a 12 meses; **b)** Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis. A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde está localizada a usina. As movimentações do direito de uso e do respectivo passivo de arrendamento ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são:

	Ativo	
	31.12.2024	**31.12.2023**
Saldo inicial	**3.183**	**4.046**
Amortização	(1.080)	(863)
Saldo final	**2.103**	**3.183**

	Passivo	
	31.12.2024	**31.12.2023**
Saldo inicial	**4.780**	**5.556**
Variação Monetária	307	838
Pagamento	(1.681)	(1.614)
Saldo final	**3.406**	**4.780**
Circulante	1.703	1.593
Não Circulante	1.703	3.187

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos da Companhia, aplicou-se a taxa de desconto de 16,04% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, a Companhia considerou como prazo o período de concessão do complexo 94 meses, ou seja, prazo findo em 31 de outubro de 2026. Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2024, são conforme segue:

Fluxo de Pagamento 31 de dezembro de 2024	**Fluxo Contratado**	**Até 12 meses**	**Até 24 meses**
Passivo de arrendamento	3.406	1.703	1.703

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA projetado de 5,08% a.a. para 31 de dezembro de 2025 divulgado no Focus (relatório de mercado do Banco Central do Brasil), e representam os seguintes montantes:

	Direito de uso	
	31.12.2024	**31.12.2023**
Fluxo real		
Direito de uso	3.183	4.046
Depreciação	(1.080)	(863)
Atualização	–	2.046
Fluxo inflacionado		
Direito de uso	1.570	2.389
Depreciação	(819)	(819)

	Passivo de arrendamento	
	31.12.2024	**31.12.2023**
Fluxo real		
Passivo de arrendamento	3.406	4.780
Despesa financeira	(307)	(838)
Fluxo inflacionado		
Passivo de arrendamento	2.388	3.388
Despesa financeira	423	(561)

12. Fornecedores:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Energia elétrica comprada para revenda com partes relacionadas (Nota explicativa nº 9)	2.099	2.099
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	6	–
Encargo de uso do sistema de transmissão	1.850	1.649
Materiais e serviços (i)	44.992	52.401
Total	**48.947**	**56.149**
Circulante	36.658	37.111
Não Circulante	12.289	19.038

(i) Na rubrica de materiais e serviços temos valores renegociados com os fornecedores a seguir: • Em 01 de março de 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. para pagamento em 96 prestações mensais e sucessivas do saldo em aberto no montante de R$ 48.973, corrigidas pelo IPCA, vencendo-se a primeira em 15/01/2020 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, decorrente do fornecimento de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo em aberto de R$ 18.340 (R$ 24.467 em 31 de dezembro de 2023). • Em 02 de outubro 2019, a Companhia firmou acordo com o fornecedor BP Products North América Inc, fornecedor de óleo combustível utilizado na produção de energia elétrica. O saldo devedor na data da negociação foi de R$ 8.209, sendo pago em 25 de outubro de 2019 o montante de R$ 4.130, o saldo restante renegociado em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas a partir de 25 de março de 2020. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo em aberto de R$ 10.671 (R$ 7.395 em 31 de dezembro de 2023).

13. Obrigações tributárias:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.132	1.139
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	367	353
PIS e COFINS s/faturamento	5	687
Outros tributos e contribuições retidos na fonte	57	108
Outros tributos	870	871
Total	**2.431**	**3.158**
Circulante	2.431	3.158

14. Debêntures:

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo das debêntures é composto da seguinte forma:

Descrição	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Debêntures	741.964	731.842
Custo de transação	(3.723)	(6.227)
Total de debêntures	**738.241**	**725.615**
Circulante	62.032	42.926
Não Circulante	676.209	682.689

Em 15 novembro de 2013, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição de R$ 300.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, nominativas e escriturais, em 4 séries de R$ 75.000 cada, totalizando R$ 300.000 na data da emissão. O saldo de custos de transação com a emissão das debêntures é representado, principalmente, por gastos com advogados, auditores, coordenação da oferta e publicidade da distribuição. Os custos de transação foram contabilizados como redução dos valores recebidos, e vêm sendo amortizados ao resultado ao longo do prazo da dívida que os originaram e têm por base o método do custo amortizado. O saldo de dívida a pagar, líquido dos custos de transação, é atualizado pelo método dos juros efetivos ao longo dos períodos contratuais, com adição das multas e juros de mora em decorrência do vencimento antecipado. A operação está garantida por: **(i)** cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia; **(ii)** alienação fiduciária de ações ordinárias representativas da totalidade do capital social da emissora, detidas pela Mesa Participações S.A.; e **(iii)** alienação fiduciária dos equipamentos da Companhia. Em Assembleia Geral de Debenturistas instalada e suspensa em 05 de setembro, 03 de outubro, 18 de outubro e 10 de novembro de 2023, e reaberta e encerrada em 12 de dezembro de 2023 às 14 horas e 30 minutos, os debenturistas representando 91,07% (noventa e um inteiros e sete centésimos por cento) das debêntures em circulação por unanimidade, deliberaram pela aprovação da sustação definitiva dos efeitos do vencimento antecipado da Emissão, ocorrido em 1º de setembro de 2017. **Características das debêntures reestruturadas:** A reestruturação dos termos, condições e características das Debêntures, seguem conforme quadro a seguir:

Descrição	**Tranche**	**Vencimento**	**Remuneração**	**Amortização**
	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar/set)
Primeira Série	1-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento
	2-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun/dez)
Segunda Série	2-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	2-C	31/12/2060	TR	No vencimento
	3-A	31/12/2027	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (jun/dez)
Terceira Série	3-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	3-C	31/12/2060	TR	No vencimento
	4-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Semestral (mar/set)
Quarta Série	4-B	31/12/2072	IPCA + 5,00% a.a.	No vencimento
	4-C	31/12/2060	TR	No vencimento

As novas taxas de remuneração serão aplicadas a contar da data de assinatura dos aditivos contratuais. Nos termos do acordo, as garantias para cada tranche serão estabelecidas da seguinte forma: • Tranches A e B, mantiveram as garantias originais da emissão e adicionalmente foi constituída uma nova garantia para a Tranche C sobre 30% dos direitos Líquidos da Ação Aneel. • Constituição de caixa mínimo no valor de R$ 15.000 mil; • Cash Sweep dos valores acima do R$ 15.000 mil aferidos e pagos semestralmente, a partir da composição do caixa mínimo.

Movimentação de debêntures:	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Saldo inicial	**725.615**	**652.115**
Pagamento de juros com conta reserva	(60.627)	(56.581)
Apropriação Juros e multa	38.875	109.467
Atualização de debêntures	31.874	21.409
Custo de transação	107	(2.334)
Amortização de custo de transação	2.397	1.539
Saldo final	**738.241**	**725.615**

Saldo de debêntures por tranche:

				31.12.2023
Tranche	**A**	**B**	**C**	**Total**
1ª série	47.678	107.655	75	155.408
2ª série	61.275	135.838	75	197.188
3ª série	58.629	133.224	75	191.928
4ª série	58.197	129.046	75	187.318
	225.779	**505.763**	**300**	**731.842**

				31.12.2024
Tranche	**A**	**B**	**C**	**Total**
1ª série	45.319	117.616	75	163.010
2ª série	45.376	148.670	75	194.121
3ª série	43.416	145.789	75	189.280
4ª série	55.317	140.161	75	195.553
	189.428	**552.236**	**300**	**741.964**

15. Empréstimos e financiamentos:

a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

		31.12.2024	**31.12.2023**
Financiadores/Credores	**Valor Contratado**	**Saldo Devedor**	**Saldo Devedor**
Spesi	69.521	149.010	146.226
		149.010	**146.226**
Circulante		9.951	146.226
Não Circulante		139.059	–

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos:

									31.12.2024			**31.12.2023**		
Credor	**Tran-che**	**Valor Original**	**Data Contratação**	**Modalidade**	**Remuneração**	**Valor Repac-tuado**	**Início**	**Término**	**Qtde. Parcelas**	**Parcelas Pagas**	**Parcelas a vencer**	**Qtde. Parcelas**	**Parcelas Pagas**	**Parcelas a vencer**
Spesi	1-A		28/10/16	Capital Giro	IPCA + 6,40% a.a.	43.019	08/03/2024	31/03/2028	16	3	13	1	–	1
Spesi	1-B	69.521	28/10/16	Capital Giro	IPCA + 5% a.a.	107.055	08/03/2024	31/12/2072	1	–	1	–	–	–
Spesi	1-C		28/10/16	Capital Giro	TR	1	08/03/2024	31/12/2060	1	–	1	–	–	–

Em março de 2018, houve o vencimento da dívida referente à Cédula de Crédito Bancário (CCB) e em abril de 2018, começou a amortização por meio de execução de garantias vinculadas à receita variável conforme instrumento particular de cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios no 854800360950. Em 29 de junho de 2021, a Companhia foi comunicada pela Across sobre a cessão de crédito entre Itaú Unibanco S.A. (Cedente) e Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão do crédito no 687614(101116100005600). Em 08 de março de 2024, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Reestruturação de Dívida (Termo) da Cédula de Crédito Bancário no 1011161000005600 (CCB), entre a Companhia e a Across Recuperação de Crédito Ltda. (Across) para reestruturação da CCB. O Termo não afeta o fluxo de pagamento das Debêntures, equivalente a 84,40% (oitenta e quatro inteiros e quarenta centésimos por cento) do fluxo de caixa trimestral livre disponível para o pagamento dos credores, em conformidade com o estipulado na cláusula 6.28.1, XIX do Terceiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, da Termelétrica Pernambuco III S.A. (Escritura de Emissão). Adicionalmente, em linha com o disposto na cláusula 6.28.1, XVIII da Escritura de Emissão, a Across peticionou, em conjunto a Emissora, informando a desistência da ação monitória no 1142126-81.2022.8.26.0100, atualmente em trâmite perante a 38ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, a qual tinha a finalidade de cobrar o crédito da CCB e estava suspenso para tentativa de acordo entre as partes. Em 18 de junho de 2024, a Companhia foi comunicada pela Spesi sobre a cessão de crédito entre Across Recuperação de Crédito Ltda. (Cedente) e Spesi I Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizado multissetorial (Cessionária) referente aos direitos relativos aos créditos de titularidade do Cedente, incluindo as respectivas garantias fidejussórias e acessórios, com exceção da garantia de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que não será cedida e será liberada pelo Cedente concomitantemente à cessão de Cédula de Crédito Bancário no 101.116.100.005.600 em 08.03.2024 (Termo Repactuação CCB). **Reestruturação da dívida:** Para fins de reestruturação do Crédito segue-se os mesmos parâmetros adotados na renegociação das Debêntures, as Partes acordam que o Crédito será nesta data, desdobrado em 03 (três) partes segregadas e autônomas, a seguir denominadas "Tranche A", "Tranche B" e "Tranche C", respectivamente (em conjunto, as Tranches), as quais serão pagas segundo critérios distintos, estabelecidos a seguir:

Descrição	**Tranche**	**Vencimento**	**Remuneração**	**Amortização**
Tranche	1-A	31/03/2028	IPCA + 6,40% a.a.	Mensal (início maio)
	1-B	31/12/2072	TR + 5,00% a.a.	No vencimento
	1-C	31/12/2060	TR	No vencimento

Descrição	**Tranche**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Total**
Tranche	1-A	9.951	23.857	33.808
	1-B	–	115.201	115.201
	1-C	–	1	1
		9.951	**139.059**	**149.010**

Movimentação de empréstimos e financiamentos:

	31.12.2024	**31.12.2023**
Saldo inicial	**146.226**	**133.668**
Pagamento	(12.555)	–
Apropriação juros e multa	10.383	–
Atualização de empréstimos	4.956	12.558
Saldo final	**149.010**	**146.226**

Garantias e cláusulas restritivas: Como garantia da operação com o Spesi, utilizada como capital de giro para a compra de Óleo HFO, são concedidos: **a)** avais pelos seguintes avalistas: Ronaldo Marcelio Bolognesi, Hidrotérmica S.A., Bolognesi Energia S.A., Bolognesi Infraestrutura Ltda., Bolognesi Empreendimentos Ltda. e Bolognesi Engenharia Ltda., **b)** cessão fiduciária de direitos creditórios referentes à receita variável dos contratos de compra e venda de energia.

16. Pesquisa e desenvolvimento:	**Pesquisa e desenvolvimento**			
	FNDCT	**MME**	**P&D**	**Total**
Saldo inicial	**14.916**	**7.459**	**12.021**	**34.396**
Provisão	778	389	778	1.945
Juros	1.845	922	61	2.828
Multa	38	18	41	97
Projetos finalizados	–	–	(345)	(345)
Atualização Selic	–	–	1.126	1.126
Pagamentos	(722)	(361)	(831)	(1.914)
Saldo final	**16.855**	**8.427**	**12.851**	**38.133**
Circulante	139	69	916	**1.124**
Não Circulante	16.716	8.358	11.935	**37.009**

Refere-se a encargo destinado a investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento nos termos da Lei nº 9.991, de 2000, e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316, de 2008, e no 504, de 2012, e normas correlatas. O encargo de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em P&D gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

17. Provisão para passivos contingentes: Os passivos contingentes existentes estão ligados, principalmente, às discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, cíveis e regulatórios. A Administração da Companhia, com base na opinião dos seus assessores jurídicos

continua ★

Conteúdo produzido pelo jornal Diario de Pernambuco S/A
A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR Code ao lado ou acessando o site
https://publicidadelegaldp.com.br/20250401

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da TERMELÉTRICA PERNAMBUCO III S.A.

externos e revisão de seus advogados, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **i) Perda provável** - são processos em que existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%; **ii) Perda possível** - são processos em que a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. **a) Causas prováveis:** Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ações classificadas como de perda provável. **b) Causas possíveis:** A Companhia possui ações de naturezas cível, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, conforme demonstrado no quando a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Regulatório (i)	557.371	389.923
Tributário (ii)	11.609	10.488
Cível	460	–
Total	**569.440**	**400.411**

(i) A Companhia ajuizou em 2015 ação em face da ANEEL, para assegurar à empresa o direito ao equilíbrio econômico-financeiro de outorga de geração de energia termelétrica, diante do acionamento da usina acima da previsão do edital. Suspensão de penalidades pela entrega de energia a menor até que seja promovido o reequilíbrio. Os pedidos foram julgados improcedentes em 2018, com reforma no TRF, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos à origem para produção de prova pericial, com embargos de declaração da Aneel pendente de julgamento. A classificação de risco em 31 de dezembro de 2024 é possível no valor de R$ 442.305 (R$ 389.923 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia ajuizou em 2017 ação contra a Aneel visando suspender a exigibilidade dos débitos imputados à PIII nas liquidações financeiras do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica ou na apuração da receita de venda dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, seguinte e futuras, ocorridas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – oriundos de indisponibilidade da usina, apurada em base horária e não conforme a média dos 60 (sessenta) meses anteriores, nos exatos termos da Resolução Normativa nº 169/2005 (substituída pela Resolução Normativa nº 614/2014), bem como sejam suspensos quaisquer ônus, encargos ou penalidades decorrentes dessa contabilização. A sentença foi favorável à PIII, proferida em dezembro de 2019, com recurso de apelação da Aneel pendente de julgamento pelo TRF. A classificação de risco na controlada PIII, em 31 de dezembro de 2024 é possível no valor de R$ 115.066. (ii) A Companhia possui 03 (três) processos administrativos de natureza tributária, com valor em risco de R$ 11.609 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 10.488 em 31 de dezembro de 2023), relacionado por suposta insuficiência de recolhimento atinentes ao PIS e Cofins; e a utilização indevida de créditos atinentes ao PIS e Cofins, pela suposta exclusão da base de cálculo das referidas contribuições receitas atinentes a Notas Fiscais de venda de energia elétrica. **18. Patrimônio líquido (passivo a descoberto): a) Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 171.047 sendo composto por 26.163 mil ações ordinárias nominativas. A Bolognesi Energia S.A., acionista controlador indireto da Companhia, é polo passivo em ação judicial movida por terceiros que visa o reconhecimento judicial do seu direito de exercer contrato de opção de compra de ações correspondentes a 15% do capital social da Companhia ou percentual equivalente do capital de sua controladora direta, Mesa Participações S.A. O desfecho de tal ação poderá resultar em modificação no quadro de acionistas da Companhia ou de sua controladora direta. Dado que o contrato de opção de ações não estava aprovado no livro de ações, a Administração da Companhia entende que o aporte de Mesa na Companhia, bem como a garantia do debenturista são válidos, cabendo à requerente opor direitos contra a Bolognesi Energia S.A., na hipótese de o judiciário concordar com o pleito da requerente.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Milhares de ações	Participação (%)	Milhares de ações	Participação (%)
Mesa Participações S.A.	26.163	100	26.163	100

b) Prejuízo básico por ação: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Prejuízo básico por ação	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(42.687)	(111.627)
Quantidade de ações (milhões)	26.163	26.163
Prejuízo básico por ação (em reais)	**(1,63)**	**(4,27)**

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais que provocariam diluição para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir da ação judicial descrita anteriormente. **19. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não registrados:** O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas são revisadas periodicamente. Quando registrados, o imposto de renda e a contribuição social diferidos são computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2024, considerando a perspectiva futura de geração de bases positivas de cálculo da carga tributária sobre o lucro, a Companhia não registra contabilmente os impostos diferidos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de R$ 876.158 (R$ 836.031 em 31 de dezembro de 2023) referente ao prejuízo fiscal e R$ 876.158 (R$ 836.031 em 31 de dezembro de 2023) referente à base negativa de cálculo da contribuição social que foram gerados nos últimos anos, para os quais não houve constituição de tributos diferidos ativos em face de não haver expectativa de lucros futuros tributáveis para a sua compensação. Esses prejuízos não estão sujeitos ao prazo decadencial, permanecendo o crédito fiscal disponível para a Companhia por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

20. Receita operacional líquida:	31.12.2024	31.12.2023
Receita operacional bruta		
Fixa (i)	183.915	175.482
Variável (ii)	30.373	15.370
Energia de curto prazo MCP	191	103
	214.479	**190.955**
Deduções da receita bruta		
PIS e COFINS sobre faturamento - 9,25%	(19.829)	(17.664)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.946)	(1.718)
Encargos setoriais	(751)	(689)
	(22.526)	**(20.071)**
Receita operacional líquida	**191.953**	**170.884**

(i) A variação é decorrente da atualização pelo IPCA; (ii) A variação apresentada na receita variável refere-se a maior necessidade de despacho ordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que no exercício de 2024 a Companhia disponibilizou o equivalente a 33.385 MWh (*) (17.484 MWh (*) em 31 de dezembro de 2023). (*) Informação não financeira não auditada.

21. Custos operacionais:	31.12.2024	31.12.2023
Compra Energia MCP (i)	(169)	(159)
Encargo de uso do sistema de transmissão (ii)	(18.777)	(16.657)
Pessoal	(10.408)	(9.151)
Combustíveis e lubrificantes (iii)	(24.750)	(12.474)
Materiais	(4.654)	(3.962)
Serviços de terceiros	(5.160)	(5.292)
Aluguéis (iv)	(15.668)	(21.080)
Manutenção e conservação - *Overhaul*	(1.286)	(1.974)
Depreciação e amortização	(40.393)	(40.124)
Seguros (v)	(1.486)	(2.158)
Outros	(137)	(389)
Total de custos	**(122.888)**	**(113.420)**

(i) A compra de energia MCP refere-se a comercialização de energia elétrica contabilizada no curto prazo pela CCEE; (ii) Os encargos de uso do sistema de transmissão são relacionados ao transporte da energia da usina até os sistemas de distribuição; (iii) O custo com combustíveis e lubrificantes referem-se à aquisição de combustível para atendimento ao despacho de energia na PIII, bem como consumo para geração de energia, o qual a Companhia disponibilizou 33.385 MWh (*) em 2024 comparado a 17.484 MWh (*) em 2023 (vide Nota Explicativa nº 1); (iv) A variação refere-se principalmente a redução no preço dos aluguéis de tanques para armazenamento de 50% entre os meses de setembro a dezembro de 2024 da Companhia, o que justifica o saldo a redução no saldo da rubrica R$ 15.223 em 31 de dezembro de 2024 (R$20.482 em 31 de dezembro de 2023); (v) A variação da rubrica refere-se à redução do custo com o prêmio do seguro de risco operacional da Companhia R$ 1.476 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.146 em 31 de dezembro de 2023). (*) Informação não financeira não auditada.

22. Outras receitas (despesas) operacionais:

a) Gerais e administrativas:

	31.12.2024	31.12.2023
Pessoal e administradores	(3.499)	(3.316)
Serviços de terceiros (i)	(1.600)	(4.588)
Seguros	(115)	(131)
Outros	(215)	(184)
Total de despesas	**(5.429)**	**(8.219)**

(i) A redução apresentada na rubrica refere-se à menor necessidade de contratação de serviços de assessoria e honorários jurídicos no exercício R$ 899 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$ 3.739 em 31 de dezembro de 2023).

b) Outras receitas (despesas):	31.12.2024	31.12.2023
Recuperação de outras despesas (i)	155	200
Outras receitas	5	3
Total de outras receitas (despesas), líquidas	**160**	**203**

(i) A variação apresentada na rubrica refere-se à restituição de impostos aduaneiros de fevereiro de 2016 em março de 2024.

23. Resultado financeiro, líquido:	31.12.2024	31.12.2023
Receita sobre aplicação financeira (i)	1.379	915
Juros sobre depósitos judiciais	20	32
Descontos obtidos (ii)	8	2.197
Variação cambial ativa (iii)	190	635
Variação monetária ativa (iv)	104	9
Total de receitas financeiras	**1.701**	**3.788**
Juros e multas das debêntures (v)	(38.875)	(109.911)
Variação monetária debêntures (v)	(31.874)	(20.965)
Amortização do custo das debêntures (v)	(2.397)	(1.539)
Juros de financiamentos	(10.384)	(24.008)
Juros fornecedores	(1.925)	(746)
Juros passivos	(6.251)	(5.357)
Variações monetárias passivas (vi)	(6.748)	(1.466)
Multas	(294)	(454)
Fiança	–	(42)
Working Capital (vii)	(9.161)	–
IOF	(275)	(375)
Total de despesas financeiras	**(108.184)**	**(164.863)**
Resultado financeiro líquido	**(106.483)**	**(161.075)**

(i) A variação refere-se a rendimentos aplicação financeira. As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa média de 100,51% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100,67% do CDI em 31 de dezembro de 2023). (ii) A variação na rubrica refere-se ao desconto obtido na quitação antecipada do parcelamento com o fornecedor Wartsila no exercício de 2023; (iii) Os valores apresentados de variação cambial ativa referem-se à atualização cambial de dívidas com fornecedores em moeda estrangeira; (iv) A variação apresentada refere-se à atualização dos arrendamentos dos terrenos da Usina; (v) Os valores apresentados de juros, multas, variação monetária e amortização do custo das debêntures refere-se à atualização do indexador de amortização das debêntures de 6,40% a.a. + IPCA em 2024 (9,11% a.a. + IPCA em 2023). (vi) Os valores apresentados referem-se: **(i)** atualização de empréstimos da Spesi; e **(ii)** atualização de arrendamento dos terrenos da Usina; (vii) Refere-se a garantia na aquisição de combustível para geração de energia.

24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **Valor justo versus valor contábil:** A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Mensuração	Nível	31.12.2024 Contábil	31.12.2024 Valor justo	31.12.2023 Contábil	31.12.2023 Valor justo
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	12.979	12.979	2.628	2.628
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 1	25.300	25.300	38.025	38.025
Depósitos vinculados - contas reserva	Valor justo por meio de resultado	Nível 1	11.103	11.103	9.210	9.210
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	36.271	36.271	36.272	36.272
Passivos Financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 1	48.947	48.947	56.149	56.149
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 1	52.680	52.680	50.207	50.207
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Nível 1	149.010	161.260	146.226	155.769
Debêntures*	Custo amortizado	Nível 1	738.241	867.014	725.615	731.452

(*) Em 31 de dezembro de 2024, a saldo contábil de debêntures desconsidera o montante de custo de transação de R$ 3.723 (R$ 6.227 em 31 de dezembro de 2023).

Para todas as operações apresentadas no quadro acima, exceto empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. **Definição de valor justo:** Para o cálculo do valor justo, a Administração utilizou o último preço negociado das debêntures, e, para demais empréstimos, a taxa média de DI e IGP-M divulgada pela CETIP, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. A Administração calculou a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos. A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco. **Hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Contábil 31.12.2024	Contábil 31.12.2023	Valor Justo 31.12.2024	Valor Justo 31.12.2023
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	12.979	2.628	12.979	2.628
Depósitos vinculados - contas reserva	11.103	9.210	11.103	9.210
Partes Relacionadas	36.271	36.272	36.271	36.272
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	149.010	146.226	161.260	155.769
Debêntures*	738.241	725.615	867.014	731.452
Partes relacionadas	52.680	50.207	52.680	50.207

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1 -** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2 -** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3 -** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações: Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Contas a receber: decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade e é representado por créditos com vencimento até 30 dias. Depósitos vinculados - conta reserva: os depósitos vinculados são reservas mantidas com a finalidade de atender às exigências contratuais de dívida. São mantidas em aplicações financeiras e estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Fornecedores: estão mensurados pelo custo amortizado. Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro. Debêntures: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro. **Administração financeira de risco:** A Administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco. A Companhia apresenta os seguintes riscos: **a) Risco de liquidez:** A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Valor contábil	Fluxo contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores	48.947	48.948	36.658	6.145	6.145	–
Empréstimos e Financiamentos	149.010	149.010	9.951	18.564	37.128	83.367
Debêntures	738.241	738.241	62.032	95.623	261.132	319.454
Financiamento por arrendamento mercantil	3.406	3.406	1.703	1.703	–	–

b) Risco de crédito: Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração. Quanto ao contas a receber, decorre basicamente de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade. Modalidade de contrato em que a Companhia é remunerada pelas distribuidoras compradoras no leilão de energia promovido pelo poder concedente, pelo investimento realizado em implantação (parcela de receita fixa) e pela operação e manutenção da usina conforme despachos de geração do ONS (parcela de receita variável). **c) Risco de mercado: Risco de taxa de juros:** A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2024: **Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2024:** A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um 2024. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

31.12.2024	-50%	-25%	Saldo Devedor	25%	50%
Debêntures - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição líquida IPCA	188.658	196.637	204.936	213.565	222.538
Impacto da variação	(16.278)	(8.299)		8.629	17.602
Debêntures - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição líquida IPCA	621.245	641.216	661.774	682.935	704.716
Impacto da variação	(40.529)	(20.558)		21.161	42.942
Debêntures - Tranche C - TR					
Debêntures					
Exposição líquida IPCA	300	304	304	304	308
Impacto da variação	(4)	–		–	4
CCB - Tranche A - IPCA + 6,40%					
Exposição líquida CDI	25.203	25.203	25.203	25.203	25.203
Impacto da variação	–	–		–	–
CCB - Tranche B - IPCA + 5,00%					
Exposição líquida CDI	68.813	103.219	136.057	172.032	206.439
Impacto da variação	(67.244)	(32.838)		35.975	70.382

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo. **Gestão de risco de estrutura de capital:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. **Risco de moeda:** A Companhia está exposta ao risco de variação cambial atrelado ao dólar norte-americano em função de dívida reconhecida com a *BP North America Petroleum* decorrente de *Demurrage* (sobre estadia) de óleo HFO. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para a proteção desse risco.

25. Seguros: Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros era a seguinte:

Cobertura	Seguradora	Vigência	Valor Prêmio	Valor Cobertura
Risco Operacional	HDI Seguros S.A.	17.01.2025 a 17.01.2026	1.570	120.000
Responsabilidade Civil Geral	Ezze Seguros S.A.	26.04.2024 a 26.04.2025	14	20.000
Responsabilidade Civil dos Administradores	Chubb Brasil S.A.	06.08.2024 a 06.08.2025	592	100.000

O escopo de trabalho de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

26. Eventos subsequentes: Renovação contrato de seguro: Em 17 de janeiro de 2025, foi realizada a renovação da apólice de seguros de riscos operacionais, cuja nova vigência se estende até 17 de janeiro de 2026. **Direito de uso e passivo de arrendamento mercantil:** Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia e arrendatária celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento de Imóvel Rural, Consolidação e outras Avenças, dos terrenos onde está instalada a Usina Termelétrica Pernambuco III. As partes sucederam os direitos e obrigações advindos dos Instrumentos Particulares de Arrendamento datados de 30 de novembro de 2010 e 18 de janeiro de 2019. O novo Instrumento substitui integralmente e consolida todos os instrumentos anteriores de arrendamento firmados entre as partes e o prazo do arrendamento se inicia na data de assinatura do presente contrato, quando substitui plenamente os contratos originais, permanecendo vigente até o dia 31 de dezembro de 2044. A Companhia poderá resilir antecipadamente o contrato, sem qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza até o dia 31 de dezembro de 2030, mediante notificação por escrito, com no mínimo, 30 dias de antecedência. **Reforma tributária:** Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, originária do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que disciplina a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, que em linhas gerais, consolida cinco tributos (PIS, Cofins, ICMS, ISS e, em parte o IPI) em dois: o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A nova legislação implementa também o IS (Imposto Seletivo) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Haverá um período de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por Lei Complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Processo de arbitragem - Reorganização Financeira:** Em 08 de janeiro de 2025, as Partes (Bolognesi e FIP Multiner), celebraram o 1° aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 1º de março de 2025. Em 28 fevereiro de 2025 as Partes (Bolognesi e FIP Multiner) celebraram o 2° aditivo do Instrumento Particular de Transação, Quitação e outras avenças, que estende o prazo da data limite do Termo de Compromisso previsto até 31 de março de 2025.

Diretoria

Gabriel Freitas Moreira da Silva - Diretor Presidente

Alberto de Pinho Novo Junior - Diretor de Relações com Investidores

Contadora

Carolina Andrade Cassim - CRC 1SP234149/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas, conselheiros e administradores da **Termelétrica Pernambuco III S.A.** - Igarassu - PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termelétrica Pernambuco III S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (Iasb)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para o fato descrito na Nota Explicativa nº 1, que a Companhia tem incorrido em prejuízos recorrentes em suas operações, tendo acumulado, em 31 de dezembro de 2024, um montante total de prejuízos de R$ 925.948 mil, e naquela data, e seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R$ 754.901 mil. A referida nota explicativa e divulga certas ações que estão sendo implementadas pela administração da Companhia para a reversão desse cenário, notadamente quanto às renegociações das dívidas. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade de a administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração e do sucesso nos processos de renegociação das dívidas. Esses eventos e condições, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 14 e 15, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além dos assuntos descritos na Seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que o assunto descrito adiante é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. **Recuperabilidade do ativo imobilizado com vida útil definida (Nota Explicativa nº 10). Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme descrito na Nota Explicativa no 10- "Imobilizado", a Companhia possui montante significativo de ativo imobilizado, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 124.711 mil. Em 31 de dezembro de 2024, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável. Dessa forma, a administração acompanha os indicadores de realização destes ativos e documenta anualmente o teste de avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante o exercício de 2024, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: **i)** revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se as premissas utilizadas nessa avaliação de recuperabilidade eram razoáveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; **ii)** revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; **iii)** avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela administração da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa; **iv)** elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Igarassu, 27 de março de 2025

GrantThornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador - CRC 1SP-293.919/O-7

VOCÊ APOIA, AS OPORTUNIDADES CRESCEM.

martpet

MOVIMENTO PRÓ CRIANÇA
ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE



DOE: **MOVIMENTOPROCRIANCA.ORG.BR**
PIX: **81 988029571**

PRÓ-CRIANÇA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETÉS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO Nº 007/2025 – PMC - PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 006/2025 - PMC. Fornecimento. Objeto: Aquisição parcelada de produtos de limpeza, higiene pessoal, descartáveis e desinfecção hospitalar para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Caetés/PE. Valor Máximo Aceitável R$: 1.724.728,71. Início do acolhimento das propostas: dia 01/04/2025 às 9h. Encerramento de recebimento das propostas: dia 14/04/2025 às 9h. Início da abertura da Sessão Pública de lances dia 14/04/2025 às 10h, (horário de Brasília). Edital disponível para consulta e cópia na internet no endereço: **https://bnc.org.br/ www.caetes.pe.gov.br**. Outras informações no Departamento de Contratação, Endereço: Praça Rafael Brasil Pereira S/Nº

Caetés, PE, 31 de março de 2025.

NIVALDO DA SILVA MARTINS
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO VICENTE FÉRRER/PE

AVISO DE LICITAÇÃO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 07/2025 - MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 04/2025

-Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE FERRER-PE A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. -Valor total estimado: R$ 1.751.719,33 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e dezenove reais e trinta e três centavos). -Edital disponível no Portal de Compras da BNC, através do site: **http://www.bnc.org.br/**. -Abertura das Propostas: 16.04.2025 às 09:00h e Início da Sessão de Disputa: 16.04.2025 às 09:30h no site: **http://www.bnc.org.br/** (horários de Brasília).

São Vicente Férrer, 31 de março de 2025.

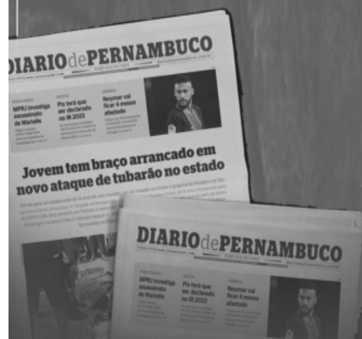
MARIA DO CÉO FLORÊNCIO DE SOUZA ASSIS
Secretária Municipal de Educação

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!

Solicite uma proposta comercial:
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PREGÃO Nº 90061/2025 Objeto: Registro de Preços Corporativa para a eventual prestação de serviços de Agente de Integração para operacionalização do Programa de Estágio Corporativo, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), destinada a atender às demandas dos órgãos da Administração Direta, dos fundos especiais, das autarquias e fundações públicas.. Valor máximo estimado: R$ 39.957.919,4400 (trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e quatro centavos. Início disputa: 22/04/2025, às 09:30 (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br.** Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações– **pregoeiro7@sad.pe.gov.br** / 81 3183-7830.Jonathan Maiko Pregoeiro 07/SAD-PE

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO Nº 3472.2025.CCSAD III.CE.90014.SAD.SRHS OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA VISANDO "DIAGNÓSTICO, REVISÃO DE PROJETO BÁSICO DE BARRAGEM, PLANO DE SEGURANÇA DE BARRAGEM, LEVANTAMENTO CADASTRAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE SISTEMA ADUTOR A PARTIR DA BARRAGEM SÃO BENTO DO UNA, NO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO UNA-PE. Valor máximo estimado: R$ 1.103.745,17. Entrega das propostas: até 27/05/2025, às 09:45h. Início da disputa: 27/05/2025, às 10:00h (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br**, onde será processado o certame, podendo também ser acessado através do site **www.pncp.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7811. Danielly B. C. Lima Soares, Enrico W. F. Lins de Azevedo, Orlando J. dos Santos, Ana Melissa C. Sousa Gomes (Comissão de Contratação III).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA – RETOMADA PROCESSO Nº 2999.2024.AC.61.PE.0607.SAD.HOF Objeto: Formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de CLIP HEMOLOK com cessão gratuita, em regime de comodato de clipadores, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas do Hospital Otávio de Freitas. Comunicamos a retomada do Pregão Eletrônico, prorrogando o prazo de entrega das propostas até 02/04/2025, às 10:00h. Início disputa: 02/04/2025, às 10:30h (horário de Brasília). o edital na íntegra está disponível no site **www.peintegrado.pe.gov.br.** Outras informações (81) 3183-7796 . Valmir de França Souza – Pregoeiro AC.83

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO Nº 0527.2024.AC-49.PE.0230.SAD.HR Objeto: Registro de Preços para o fornecimento eventual de Dispositivo Médico do tipo Fraldas Descartáveis, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender as demandas do Hospital da Restauração Gov. Paulo Guerra. Valor máximo estimado: R$ 1.441.494,00. Entrega das propostas: até 15/04/2025, às 09h00min. Início disputa: 15/04/2025, às 10h (horário de Brasília). O edital na íntegra está disponível no site **www.peintegrado.pe.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7796. Luciano Alves de Araújo – AC 61.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

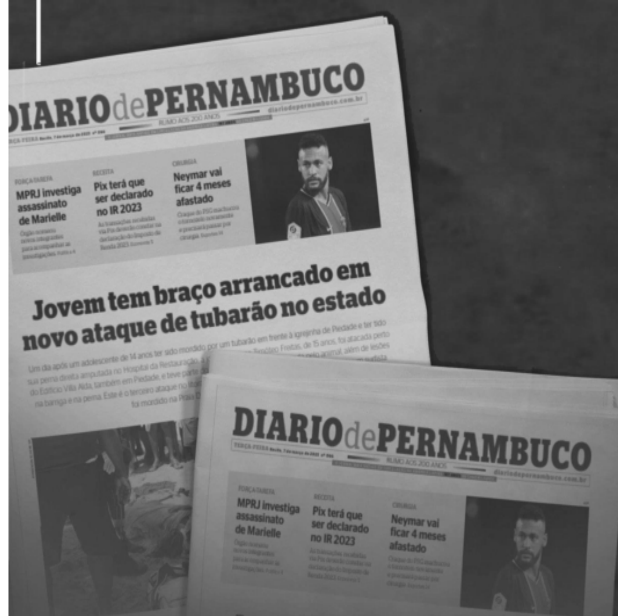
AVISO LICITAÇÃO PREGÃO Nº 900572025 Processo Licitatório nº 3479.2025. AC 65.PE.90057.SAD.HEMOPE OBJETO: Formação de Ata de Registro de Preços para o Fornecimento eventual de Papel Industrial – Off – Set, visando atender as demandas da Fundação HEMOPE. Valor máximo estimado: R$ 201.702,7500(duzentos e um mil setecentos e dois reais e setenta e cinco centavos). Início da Disputa: 15/04/2025, às 9h00 Horário de Brasília. O edital na íntegra está disponível no site **www.compras.gov.br**. Recomenda-se que os licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações (81) 3183-7961. Sandro Willians de Lira Carneiro – Pregoeiro/Agente de Contratação 16.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3959.2025.AC-27.PE.0112.SAD.SEE OBJETO: Formação de Ata de Registro de Preços para o fornecimento eventual de material de higiene bucal e profilaxia, visando atender as necessidades das Escolas Estaduais da Rede Pública da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco para 2025, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas dos seguintes órgãos participantes: Secretaria de Educação e Esportes e Hospital Otávio de Freitas. Valor máximo estimado do item: R$ 6.449.400,9036 (seis milhões quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos reais e noventa centavos). Entrega das Propostas até: 15/04/2025, às 08h30; Início da Disputa: 15/04/2025, às 09h Horário de Brasília. O edital na íntegra está disponível na página eletrônica: **www.peintegrado.pe.gov.br**. Outras informações: (81) 3183-7754. Recomenda-se que as licitantes iniciem a sessão de abertura da licitação com todos os documentos necessários à classificação/habilitação previamente digitalizados. Lauriete Barros - Pregoeira AC-55.

PUBLIQUE O BALANÇO DA SUA EMPRESA NO DIARIO DE PERNAMBUCO.

VEICULAÇÃO LEGAL CERTIFICADA NO IMPRESSO E NO DIGITAL, COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO!



Solicite uma proposta comercial:
81 2122.7892
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br

DIARIOdePERNAMBUCO



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 01 de Abril de 2025

Publicidade 01 04 2025

Assinaturas



DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Certificado Digital
contato@diariodepernambuco.com.br
Assinou

Eventos do documento

01 Abr 2025
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107
Assinou Email: contato@diariodepernambuco.com.br. Dados do Certificado:
CN=DIARIO DE PERNAMBUCO SA:10803492000107, OU=videoconferencia,OU=22677427000161, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE,O=ICP-Brasil, C=BR.

-



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**